MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 50/2026 - GPGJ/ESMP

A Sua Excelência o Senhor

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

Procurador-Geral de Justiça

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Assunto: Contratação da Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles para ministrar o Curso de Capacitação sobre "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007", a ser ofertado para Membros, Servidores, Estagiários (as) e Residentes do Ministério Público do Maranhão.

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, solicito a Vossa Excelência a contratação da Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles para ministrar o Curso de Capacitação sobre "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007", atendendo à solicitação do Promotor de Justiça, Dr. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

O curso visa promover capacitação aos Membros, Servidores, Estagiários (as) e Residentes do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), contribuindo para o aprimoramento das práticas institucionais e qualificação para atuação na promoção de medidas que visem assegurar a universalização do saneamento.

A capacitação será realizada nos dia 21 e 22 de Maio de 2026, Presencialmente, com carga horária total de 18 (dezoito) horas-aula, no horário de 08h às 18h, conforme proposta anexa.

Para tanto, conforme o Ato Regulamentar n. º 23/2022-GPGJ, encaminho a Vossa Excelência a documentação abaixo devidamente anexada:

1. Estudo Técnico Preliminar (ETP) na forma disciplinar pelo art. 18, § 1º, da Lei n. º 14.133/2021 e conforme o Ato Regulamentar n. º 44/2021;

2. Termo de Referência, referente ao curso "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007", conforme o disposto no art. 2º, inciso III e § 3º, do Ato Regulamentar n. º 23/2022-GPGJ;

3. 01 (uma) proposta apresentada pela pela Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, responsável pela realização do curso de capacitação;

4. Certidões de regularidade fiscal da proponente, em atendimento à exigência do art.2°, incisos VII e IX, do Ato Regulamentar n. º 23/2022-GPGJ.

Respeitosamente,

José Ribamar Sanches Prazeres
Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, **Diretor da Escola Superior do Ministério Público**, em 05/05/2026, às 15:49, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0421603** e o código CRC **B6238EB7**.

O MP trabalha para você!
Rua Oswaldo Cruz, 1396 - Centro - CEP 65.020-910 - São Luís - MA
Contato: - e-mail: esmp@mpma.mp.br

Estudo Técnico Preliminar nº 4/2026 – GPGJ/ESMP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
UNIDADE SOLICITANTE: CAOUMA - MPMA

1. OBJETO

Contratação da Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles para ministrar o Curso de Capacitação em "Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico)", destinado a Membros, Servidores, Estagiários (as) e residentes do MPMA.

O curso foi devidamente solicitado a esta Escola Superior pelo Promotor de Justiça, Dr. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior. A capacitação está alinhada, prioritariamente, aos Itens I - "Conhecimento das deficiências sociais e das causas locais", XVII - "Atuação efetiva na tutela coletiva e na propositura de ações individuais em situações absolutamente necessárias, sem prejuízo dos atendimentos individuais e dos encaminhamentos devidos", XVIII - "Atuação alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, aos Planos Gerais de Atuação, aos Programas de Atuação Funcional e aos respectivos Projetos Executivos, com o cumprimento das metas Institucionais, sem prejuízo da atuação em projetos específicos necessários para a resolução de questões decorrentes de particularidades locais", dos Princípios e das Diretrizes Gerais, da Recomendação nº 02 de 21/06/2018 do CNMP, Capítulo 1 / Corregedoria Nacional do Ministério Público e ao Planejamento Estratégico 2021-2029, vinculada ao objetivo estratégico de "Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social".
A escolha da Sra. Elizabeth Costa De Oliveira Telles fundamenta-se na sua comprovada expertise, conforme delineado na proposta apresentada, a qual evidência sólida formação acadêmica e experiência profissional compatível com a temática do curso, especialmente no âmbito de direito e saneamento básico, assegurando, assim, a qualidade técnica, metodológica e a aderência do conteúdo programático às necessidades desta Escola Superior.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de serviço a ser contratado mediante inexigibilidade de licitação, na modalidade de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, nos termos da Lei n° 14.133/2021 (art. 74, III, "f") e legislação interna, Ato Regulamentar n.º 23/2022. Acompanha a solicitação os documentos: Proposta de preço, Declaração de Inexistência de Parentesco, Ementa do curso, Documentos pessoais e Certidões.
A capacitação será realizada nos moldes especificados na proposta apresentada, observando-se a carga horária, o formato, a metodologia e o conteúdo programático ali descritos, em estrita consonância com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais do Ministério Público do Estado do Maranhão, especialmente no âmbito da Escola Superior do Ministério Público, conforme detalhamento a ser consolidado no respectivo Termo de Referência.

3. NECESSIDADES DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender à necessidade de capacitação institucional de Membros, Servidores, Estagiários (as) e Residentes do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).
A escolha da Sra. Elizabeth Costa De Oliveira Telles se dá pela comprovada expertise profissional, que possui vasta experiência e qualificações em:

- Atividade em Direito do Saneamento: tendo uma sólida formação técnica voltada para a área de saneamento

básico, sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuou na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água.

- Docência e Publicações: Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP. Foi Diretora ASG da Agência Executiva Metropolitana. Ademais, implantou o Setor de Regulação, Concessões e Métodos da CAEMA.

Possui especialização em Pós-Graduação em Direito do Saneamento no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, IDP, Brasília e Especialização em MBA em Direito do Consumidor e da Concorrência na Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro.

As informações apresentadas evidenciam a aptidão para conduzir o curso com elevado nível técnico, assegurando a qualidade e a efetividade da capacitação ofertada.

4. INFORMAR SE A DEMANDA ESTÁ INCLUÍDA NO PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO

A capacitação em sobre a Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico) está alinhada, prioritariamente, ao Planejamento Estratégico 2021-2029, vinculada ao objetivo estratégico de "Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social".

Registra-se, ainda, que o valor da contratação está dentro da margem de orçamento da Escola Superior, formalizada e cadastrada em 2025 e devidamente prevista para o ano de 2026, na forma regular da Plataforma Gov Plan, por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 201/2026.

Destaca-se que o referido DFD trata-se apenas de uma previsão orçamentária realizada em 2025 para o exercício de 2026. Em razão disso, o valor cadastrado no documento diverge da proposta apresentada, o que não constitui impedimento, uma vez que o montante permanece dentro da margem orçamentária da Escola Superior.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado considera-se o valor hora/aula de R$ 170,00 (cento e setenta reais) previsto na Resolução n.º 001/2018-FPES/MA, para a titulação de mestre, tendo em vista que a Instrutora possui o título de Especialista.

Assim, para a contratação do curso, o valor conforme titulação, foi orçado em R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), com carga horária de 18 horas-aula, de modo a assegurar os seguintes conteúdos:

- O Novo Marco Legal e a Segurança Jurídica (5h)
- Planejamento Estratégico e Universalização (4h)
- Fiscalização Técnica, Regulação e Contratos (5h)
- Políticas Públicas, Recursos e Controle Social (5h)
-

6. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Não haverá parcelamento do curso

7. RESULTADOS ESPERADOS

A realização da capacitação em “Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico)”, nos termos da proposta apresentada, tem por finalidade promover para o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA):

1) Atuação Estrutural e Universalização: Superar a atuação baseada em medidas pontuais, capacitando os membros e

servidores para a promoção de ações que visem a universalização do saneamento (acesso à água tratada e coleta de esgoto) de forma estrutural em todo o estado, para além da capital.

2) Aprimoramento da Fiscalização e Regulação: Proporcionar conhecimentos técnicos para que os profissionais possam avaliar com segurança a eficiência da prestação dos serviços de saneamento, fundamentando-se na análise rigorosa da regulação e dos contratos vigentes.

3) Implementação de Políticas Públicas e Controle Social: Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos e garantir a efetiva implementação de políticas setoriais, em total alinhamento com os objetivos do Plano Estratégico do MPMA (2021-2029).

4) Qualificação Técnica e Segurança Jurídica: Garantir que os participantes obtenham um conhecimento sólido e seguro sobre o marco legal do saneamento básico, qualificando a instrução de procedimentos e a tomada de decisões na esfera da probidade administrativa e dos direitos difusos.

8. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação trata-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, sendo inviável a competição, pois se trata de serviço de natureza singular, conforme previsto no art. 6º, XVIII, f, da Lei n. º 14.133/2021.

No presente caso, a inexigibilidade de licitação tem previsão no art. 74, III, f, da Lei n.º 14.133/2021, e *in casu*, resta justificada, pois se trata de serviço técnico especializado, a ser ofertado por profissional com formação na área de direito e saneamento básico, com especialização em Pós-Graduação em Direito do Saneamento no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, IDP, Brasília e Especialização em MBA em Direito do Consumidor e da Concorrência na Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com a proposta comercial apresentada pela Sra. Elizabeth Costa De Oliveira Telles, foram encaminhados os seguintes documentos: documento de identificação, certidão de inexistência de parentesco, ementa, proposta do curso, comprovante situação cadastral do CPF, declaração da situação do fornecedor - SICAF, Certidão de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união, certidão negativa correcional (EPAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP E CEPIM), certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade e certidão negativa de licitantes inidôneos.

José Ribamar Sanches Prazeres

Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, **Diretor da Escola Superior do Ministério Público**, em 05/05/2026, às 15:49, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0421889** e o código CRC **5C4D1616**.

Termo de Referência nº 4/2026 – GPGJ/ESMP

TERMO DE REFERÊNCIA (TREF)
UNIDADE SOLICITANTE: CAOUMA - MPMA

1. OBJETO

Contratação da Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles para ministrar o Curso de Capacitação em “As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)”, destinado a Membros, Servidores, Estagiários (as) e residentes do MPMA.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Metodologia e Conteúdo: O curso observará a carga horária de 18 horas-aula, no formato descrito na proposta da Instrutora, garantindo a aderência às necessidades da Escola Superior. A realização da capacitação em “As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)”, nos termos da proposta apresentada, tem por finalidade promover para o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA):

- **Atuação Estrutural e Universalização**: Superar a atuação baseada em medidas pontuais, capacitando os membros e servidores para a promoção de ações que visem a universalização do saneamento (acesso à água tratada e coleta de esgoto) de forma estrutural em todo o estado, para além da capital.
- **Aprimoramento da Fiscalização e Regulação**: Proporcionar conhecimentos técnicos para que os profissionais possam avaliar com segurança a eficiência da prestação dos serviços de saneamento, fundamentando-se na análise rigorosa da regulação e dos contratos vigentes.
- **Implementação de Políticas Públicas e Controle Social**: Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos e garantir a efetiva implementação de políticas setoriais, em total alinhamento com os objetivos do Plano Estratégico do MPMA (2021-2029).
- **Qualificação Técnica e Segurança Jurídica**: Garantir que os participantes obtenham um conhecimento sólido e seguro sobre o marco legal do saneamento básico, qualificando a instrução de procedimentos e a tomada de decisões na esfera da probidade administrativa e dos direitos difusos.

2.2. Modalidade e Carga Horária: O curso terá carga horária de **18 horas-aula**, em formato presencial, nas salas de aula da Escola Superior, localizadas no 1° andar, do Centro Cultural e Administrativo do MPMA.
2.3. Instrutora Responsável: A capacitação será conduzida pela instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, que possui vasta experiência em ministrar cursos e palestras no âmbito de direito e saneamento básico, assegurando, assim, a qualidade técnica, metodológica e a aderência do conteúdo programático às necessidades desta Escola Superior.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Alinhamento Estratégico: A contratação está vinculada ao Planejamento Estratégico 2021-2029, especificamente ao objetivo de "Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o

controle social".

3.2. Base Normativa: Atende à Recomendação nº 02 de 21/06/2018 do CNMP, priorizando a capacidade de diálogo e construção de consenso.

3.3. Necessidade Institucional: Visa garantir capacitação aos Membros, Servidores, Estagiários (as) e Residentes do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), contribuindo para o aprimoramento das práticas institucionais e qualificação para atuação na promoção de medidas que visem assegurar a universalização do saneamento.

3.4. Inexigibilidade: A contratação fundamenta-se na natureza singular do serviço e na notória especialização da instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, com histórico de atividade em Direito do Saneamento, tendo uma sólida formação técnica voltada para a área de saneamento básico, sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuando também na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água. Além de ser Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS

Os requisitos necessários à contratação constam previstos no Ato Regulamentar n.º 23/2022 e na legislação geral de contratações (Lei 14.133/21).

4.1. Requisitos gerais

Destacam-se os requisitos gerais abaixo.

4.1.1 Comprovação de Capacidade técnica: A contratada comprovou capacidade técnica por meio de Curriculum Vitae e diplomas de Especialização em Direito do Saneamento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP e em Direito do Consumidor e da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui atuação com docência do Ensino Superior na Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

4.1.2 Habilitação legal: A contratada comprovou formação acadêmica e técnica na área especializada do Direito do Saneamento, atendendo aos requisitos legais.

4.1.3 Notória especialização: A instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles é reconhecida por sua notória especialização na área de direito e saneamento básico, atuando na elaboração de leis e em casos relacionados a área de estudo e promoção ao saneamento básico.

4.2. Requisitos específicos:

Quanto aos requisitos específicos, destacam-se os seguintes:

4.2.1 Contratação de serviços técnicos especializados:

O serviço a ser contratado enquadra-se como técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, voltado à capacitação sobre “As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)”, sendo ministrado por profissional com notória especialização na área de direito e saneamento básico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 Contratação para treinamento e aperfeiçoamento: A contratação visa atender à necessidade institucional de capacitação dos integrantes do Ministério Público do Estado do Maranhão, para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).

Ademais, a capacitação busca promover o desenvolvimento de habilidades teóricas e práticas, qualificando a atuação dos participantes na promoção de medidas que visem assegurar a universalização do saneamento (acesso a água tratada e à coleta de esgotos).

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conforme proposta comercial da instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, o curso possui carga horária de 18 horas-aula, de modo a assegurar os seguintes conteúdos:

O Novo Marco Legal e a Segurança Jurídica (5h)

- Análise aprofundada da Lei nº 14.026/2020 e seus impactos nas competências municipais e estaduais.
- Qualificação da instrução de procedimentos administrativos e judiciais.
- Interfaces entre a gestão do saneamento e o regime de responsabilidade dos agentes públicos.
- O saneamento como direito fundamental e vetor de saúde pública e dignidade humana.

Planejamento Estratégico e Universalização (4h)

- Metodologias para transitar do litígio individual para a promoção de soluções sistêmicas.
- Estratégias para garantir que a universalização (água e esgoto), alcançando os municípios do interior

Fiscalização Técnica, Regulação e Contratos (5h)

- Indicadores de desempenho na prestação de serviços (perdas de água, cobertura e qualidade do tratamento).
- O papel das agências reguladoras e a análise de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e programas.
- Ferramentas técnicas para fiscalizar o cumprimento de metas de universalização e investimentos previstos.

Políticas Públicas, Recursos e Controle Social (5h)

- Fiscalização da aplicação de verbas federais, estaduais e municipais no setor.
- Como avaliar a eficácia e a implementação real das políticas setoriais.
- Fomento à participação da sociedade civil e fortalecimento dos conselhos municipais.
- Estudo de casos e elaboração de estratégias de intervenção ministerial.

6. QUALIFICAÇÃO DA INSTRUTORA

A instrutora responsável pela condução do curso possui comprovada formação acadêmica e experiência prática na área de Direito do Saneamento, conforme descrito no item 4.1.3 (Notória especialização) deste Termo de Referência. Trata-se de profissional com atuação consolidada sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuando também na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água. Além de ser Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Elizabeth Costa De Oliveira Telles):

1) Realizar a capacitação conforme o conteúdo programático apresentado na proposta, obedecendo às datas, horários e modalidade acordadas;
2) Comprovar a sua qualificação, por meio dos certificados de formação acadêmica e experiência comprovadas, conforme especificado no Termo de Referência;
3) Fornecer material atualizado e adequado ao conteúdo do curso, em formato acessível aos participantes;
4) Cumprir rigorosamente as normas de proteção de dados (LGPD), sigilo e ética profissional, especialmente no tratamento de dados sensíveis tratados durante a capacitação;
5) Informar com antecedência qualquer impedimento à execução das atividades previstas, propondo soluções alternativas compatíveis com a programação institucional do MPMA.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPMA):

1) Disponibilizar estrutura adequada para a realização das atividades no dia 21 e 22 de maio, com os recursos de apoio logístico e tecnológico necessários;
2) Indicar formalmente os participantes do curso, organizando o controle de frequência e desempenho conforme critérios internos;
3) Efetuar o pagamento do valor contratado, conforme condições acordadas e mediante a entrega da nota fiscal e comprovação da execução dos serviços;
4) Colaborar com as atividades pedagógicas e técnicas, facilitando a comunicação com os participantes e a contratada, sempre que necessário;
5) Gravação das aulas para armazenamento exclusivo da ESMP/MA e possibilitar a consulta restringida aos membros, servidores, residentes e estagiários, mediante identificação de login institucional e senha.

9. SANÇÕES CONTRATUAIS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela contratante, sujeitará às seguintes sanções administrativas, observada a ampla defesa e o contraditório:

1) Advertência formal por escrito, quando se tratar de infrações leves ou de caráter inicial;
2) Multa de até 10% sobre o valor global do contrato, aplicada proporcionalmente à gravidade do descumprimento ou à inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da exigência de ressarcimento por eventuais prejuízos causados;
3) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Ministério Público do Estado do Maranhão pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos da legislação vigente;
4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsão da Lei n.º 14.133/2021, quando comprovada conduta dolosa ou prejuízo grave à instituição;
5) Ressarcimento integral por eventuais danos materiais ou morais causados ao MPMA em decorrência da má execução do contrato.

As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade do fato, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

10. PRAZO E LOCAL

A Capacitação presencial a ser oferecida aos Membros do MPMA, Servidores do MPMA, Estagiários (as) do MPMA e Residentes do MPMA acontecerá nos dias 21 e 22 de maio de 2026, das 8h às 18h, presencialmente, nas salas de aula da Escola Superior, localizadas no 1° andar do Centro Cultural e Administrativo do MPMA.

11. PROPOSTA DE PREÇO

A proposta de preço apresentada pela Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles é de R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), valor que está de acordo com a Resolução n.º 001/2018-CPES/MA, que estabelece R$ 170,00 a hora/aula para profissional com titulação de Especialista.

11.1 Valor total do curso:

CONTRATADA	CNPJ	CURSO	VALOR
Elizabeth Costa De Oliveira Telles	**075.893.157-37**	**“Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico)”**	**R$ 3.600,00**

11.2 O pagamento será efetuado conforme condições estabelecidas na proposta, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da realização do curso;

11.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida eletronicamente;

11.4 A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do Curso.

12. DA CONTRATADA

12.1 Elizabeth Costa De Oliveira Telles (CPF: 075.893.157-37)

12.2 Contato: eco@eco-juridico.com / (98) 9188-1804

12.3 Endereço: Rua das Avenças, 3713, Ed. Nápoli, Apt. 504, Renascença. – CEP 65077-620 –São Luís/MA

13. FORMA DE PAGAMENTO

13.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida eletronicamente;

13.2. A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do Curso.

José Ribamar Sanches Prazeres

Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, **Diretor da Escola Superior do Ministério Público**, em 05/05/2026, às 15:49, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0421903** e o código CRC **909D02C7**.

Parecer Técnico nº 3/2026 - GPGJ/ESMP

MAPEAMENTO DE RISCOS

UNIDADE:	Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.
OBJETO:	Contratação da Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles para ministrar o curso "As Leis de Diretrizes Nacionais para o S
OBJETIVO:	Capacitar membros, servidores, estagiários e residentes do MPMA para a universalização do saneamento e aprimoramento

	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO				ANÁLISE DO RISCO			
RISCO	**Fase**	**Evento**	**Causa(s) do Risco**	**Consequência**	**Probabilidade da ocorrência** **BAIXA = 1** **MÉDIA = 2** **ALTA = 3**	**Impacto** **BAIXO = 1** **MÉDIO = 2** **ALTO= 3**	**Probabilidade X Impacto** **Resultado**	**Nível de aceitação do risco** **Aceitável = 1** **Média Aceitável: menor ou igual 4** **Inaceitável: maior que 4**
R01	Planejamento da Contratação	Questionamento quanto à inexigibilidade de licitação e singularidade do objeto.	Falta de comprovação da notória especialização.	Nulidade do processo e atraso na contratação.	1	2	2	Média Aceitação
R02	Execução do Contrato	Baixa adesão ou falta de quórum na modalidade presencial.	Choque de horários e fluxo de trabalho dos procuradores.	baixa adesão ao treinamento.	2	1	2	Média Aceitação
R03	Execução do Contrato	Tratamento inadequado de dados durante o curso.	Exposição de casos reais sensíveis.	Violação da LGPD e quebra de sigilo profissional.	1	3	3	Média Aceitação
R04	Execução do Contrato	O conteúdo ministrado ser genérico e não atender a realidade das demandas institucional.	Metodologia inadequada que não considera a realidade do saneamento do Estado do Maranhão.	Ineficiência da atuação ministerial na universalização do serviço.	1	2	2	Média Aceitação

R05	Planejamento da Contratação	Indisponibilidade momentânea de recursos para pagamento integral.	Falhas no provisionamento financeiro ou contingenciamento de gastos.	Inadimplência e eventual paralisação dos serviços.	1	2	2	Média Aceitação	

José Ribamar Sanches Prazeres

Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, **Diretor da Escola Superior do Ministério Público**, em 05/05/2026, às 15:50, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0421963** e o código CRC **5B36BE20**.

O MP trabalha para você!
Rua Oswaldo Cruz, 1396 - Centro - CEP 65.020-910 - São Luís - MA
Contato: - e-mail: esmp@mpma.mp.br

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS 201/2026

1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE

Unidade Demandante: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Descrição sucinta do objeto: Contratação de Serviços Prestados por Pessoa Física para Ministrar Cursos e Treinamentos para Capacitação de Membros e Servidores do MPMA.
Prioridade: BAIXA
Tipo de Contratação: Nova
Data da conclusão da contratação: 16/01/2026
Data de Criação: 01/09/2025
Valor Total: R$ 2.083,00

1.1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE
Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional
PROCESSOS INTEGRADORES
Disseminar práticas de governança e gestão, em todos o níveis, orientados para resultados.
APRENDIZADO E CRESCIMENTO
Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), como instituição essencial à Justiça e à administração pública, tem a permanente necessidade de capacitar seus membros, servidores, residentes e estagiários, garantindo a excelência técnica, a atualização jurídica e o desenvolvimento de competências administrativas. Uma das modalidades para essa capacitação é a contratação de profissionais (pessoa física) especializados para ministrar cursos, palestras e treinamentos específicos. Os Cursos estão alinhados com às diretrizes previstas no Planejamento Estratégico 2021/2029 e vinculados aos objetivos estratégicos estabelecidos.

3. ITENS

SERVIÇOS (R$ 2.083,00)

Nº	CatSer	Descrição do Item	Qtd	Val. Unit.	Un. de Medida	Valor Total
1	19321 - Curso / Treinamento Educação - Distância	Curso / Treinamento Educação - Distância	1	R$ 2.083,00	Unidade	R$ 2.083,00
					Total: R$ 2.083,00	

4. 4.1. RESPONSÁVEIS COM LOGIN PRÓPRIO

Chefe de Seção: ARTHUR MARQUES CRUZ

4.2. RESPONSÁVEIS SEM LOGIN PRÓPRIO

Nenhum responsável incluído.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2416219374

2 e 1 NOME E SOBRENOME
ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES

1ª HABILITAÇÃO
10/05/1995

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
18/04/1977, RIO DE JANEIRO, RJ

4a DATA EMISSÃO
22/07/2022

4b VALIDADE
20/07/2032

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
099357824 IFP RJ

4d CPF
075.893.157-37

5 Nº REGISTRO
00039629456

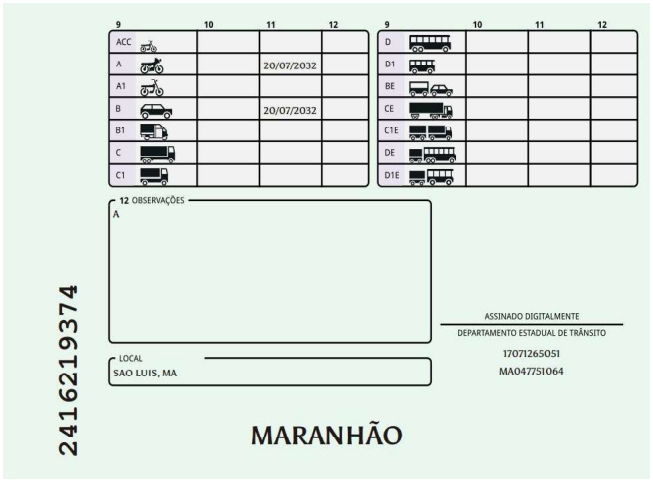
9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
RUY LOPES DE OLIVEIRA

CLARICE COSTA DE OLIVEIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		20/07/2032	
A1			
B		20/07/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
17071265051
MA047751064

LOCAL
SAO LUIS, MA

2416219374

MARANHÃO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA000396294<562<<<<<<<<<<<<
7704189F3207202BRA<<<<<<<<<<<6
ELIZABETH<<<DE<OLIVEIRA<TELLES

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO II

(Pessoa Física)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

Eu, Elizabeth Costa de Oliveira Telles, RG nº 103.706 OAB-RJ inscrito(a) no CPF nº 075893157-37, declaro que não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive de membro ou servidor do MP/MA, sendo este último quando ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento, conforme dispõe a Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, que esteja ocupando cargo efetivo, comissionado ou colocado à disposição da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Declaro que as informações acima atestam a verdade, arcando este(a) declarante com as penas da lei, no caso de declaração falsa, incompleta ou omissa.

São Luís, 27 de abril de 2026.

ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES:07589315737

Assinado de forma digital por ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES:07589315737

Assinatura



Elizabeth Oliveira

Elizabeth Costa de Oliveira Telles

Endereço para acessar este CV: **https://lattes.cnpq.br/0428363910677475**

Última atualização do currículo em 06/01/2026

Possui graduação em Direito e atuação como advogada desde o ano 2000. MBA em Direito do Consumidor e da Concorrência, com ênfase em Direito Regulatório pela FGV-RJ. Pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP. Atuação na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal n 11.445/2007. Atuou em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água. Atuou por 8 anos como responsável pelo setor jurídico da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento - AESBE. Atuou como Jornalista enquanto Colunista da Revista SANEAR. Atuou no Congresso Nacional como advogada de liderança partidária e Consultora Técnica. Atuou como Coordenadora Geral do jurídico da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, com 7 anos de empresa. Foi responsável pela implantação do setor de regulação da CEDAE. Implantou o Setor de Regulação, Concessões e Métodos da CAEMA. Foi Diretora ASG da Agência Executiva Metropolitana. Atuação em Projetos do BNDES em Saneamento Básico. Atuação nos seguintes temas: carreiras - direito e saneamento básico, regulação, regulação de serviços públicos. subsídios, tarifas, serviços públicos, saneamento básico, métropole, metropolização, regiões metropolitanas, planos de saneamento básico. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Elizabeth Oliveira

Nome civil

Nome Elizabeth Costa de Oliveira Telles

Nascimento 18/04/1977 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Lattes ID 0428363910677475

Nome em citações bibliográficas GÓES, E. C. O.;Oliveira, Elizabeth.;Elizabeth Costa de Oliveira Telles;TELLES, E. C. O.

Endereço

Endereço residencial Rua das Avencas, 3713 cob. 504
Renascença - São Luís
65077620, MA - Brasil
Telefone: 98 33045131
Celular 98 991881804
URL da home page: www.saneamento.eco.br

Endereço profissional AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA
Rua dos Guajurus
Calhau - São Luís
65071255, MA - Brasil
Telefone: 98 991881804

Endereço eletrônico E-mail para contato : liza.rj@icloud.com
E-mail alternativo : elizabeth@saneamento.eco.br

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Razoavelmente , Escreve Razoavelmente , Lê Bem

Formação acadêmica/titulação

2013 Mestrado interrompido(a) em Direito.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Orientador: Marcio Iorio
Ano de interrupção: 2014

2014 - 2016 Especialização em Pós-Graduação em Direito do Saneamento.
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasília, Brasil
Título: A INEXISTÊNCIA DE ADEQUADO ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL DO SANEAMENTO E OS DÉFICITS DO SETOR NO BRASIL
Orientador: Rodrigo Pereira de Mello e Davi de Araujo Telles

2001 - 2002 Especialização em MBA em Direito do Consumidor e da Concorrência.
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Sem exigência
Orientador: Sem exigência

Formação complementar

2001 - 2002 MBA em MBA em Direito do Consumidor e da Concorrência. (Carga horária: 396h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil

2012 - 2012 Oficina sobre Regime Diferenciado de Contratações. . (Carga horária: 8h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil

2011 - 2011 PRACTITIONER EM PNL. . (Carga horária: 80h).
INSTITUTO NACIONAL DE EXCELÊNCIA HUMANA, INEXH, Brasil

2011 - 2011 FORMAÇÃO INTERNACIONAL EM COACHING. . (Carga horária: 80h).
SOCIEDADE LATINO AMERICANA DE COACHING, SLAC, Brasil

2011 - 2011 HIPNOSE. . (Carga horária: 80h).
INSTITUTO NACIONAL DE EXCELÊNCIA HUMANA, INEXH, Brasil

2010 - 2010 Curso de curta duração em Curso "Regulação: Teoria e Prática". (Carga horária: 40h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil

2010 - 2010 Curso de curta duração em REGULAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA. (Carga horária: 40h).
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTIT. P/ GESTÃO EM REGULAÇÃO, PRO-REG, Brasil

2010 - 2010 Extensão universitária em DIREITO DO SANEAMENTO. (Carga horária: 60h).
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasília, Brasil

2009 - 2009 Extensão universitária em CURSO AVANÇADO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. (Carga horária: 60h).
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasília, Brasil

2004 - 2004 Curso de curta duração em II FÓRUM BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO DA ECONOMIA. (Carga horária: 29h).
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO DA ECONOMIA, IBDPE, Brasil

2004 - 2004 Curso de curta duração em Legislação Ambiental. (Carga horária: 24h).
Associação Brasileira de Engenharia Sanitaria e Ambiental, ABES, Rio De Janeiro, Brasil

2004 - 2004 Curso de curta duração em DIREITO DAS ÁGUAS NO BRASIL. (Carga horária: 40h).
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil

2000 - 2000 Extensão universitária em CURSO REGULAR PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS. (Carga horária: 420h).
CURSO GLIOCHE, GLIOCHE, Brasil

1999 - 1999 Curso de curta duração em MÓDULO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. (Carga horária: 32h).
CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E ATUALIZAÇÃO EM DIREITO, CEPAD, Brasil

1996 - 1996 WINDOWS, WORD, EXCELL, ACESS. .
FAST ACTION COMÉRCIO SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA, MR. BYTE, Brasil

Atuação profissional

Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento - AESBE

2007 - 2015 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Consultora Jurídica Chefe , Carga horária: 40, Regime: Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento Integral

Revista Sanear - SANEAR

2007 - 2015 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: JORNALISTA/COLUNISTA , Carga horária: 5, Regime: Revista Sanear Parcial

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA - IDP

2014 - 2016 Vínculo: Professora , Enquadramento funcional: Prof. Pós-Graduação Direito do Saneamento, Regime: INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA Parcial
Outras informações:
Professora no Curso de Pós-Graduação em Direito do Saneamento

Companhia Estadual de Aguas e Esgotos - CEDAE

2001 - 2007 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Assessora Jurídica da Presidência , Carga horária: 40, Regime: Companhia Estadual de Aguas e Esgotos Integral

Câmara dos Deputados - CÂMARA FEDERAL

2007 - 2009 Vínculo: Cargo de Natureza Especial , Enquadramento funcional: Assessora Técnica , Carga horária: 40, Regime: Câmara dos Deputados Integral

Associação Brasileira de Engenharia Sanitaria e Ambiental - ABES

2001 - 2002 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Advogada , Carga horária: 40, Regime: Associação Brasileira de Engenharia Sanitaria e Ambiental Integral

Associação de Apoio à Pesquisa - UnB - AAP

2012 - 2015 Vínculo: Membro do Getel , Enquadramento funcional: membro do grupo de pesquisa Getel, Regime: Associação de Apoio à Pesquisa - UnB Parcial

Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão - CAEMA

2015 - 2016 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Assessora de Regulação, Concessões e Métodos , Carga horária: 40, Regime: Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão Integral

AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA - AGEM

2017 - 2025 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: DIRETORA ASG , Carga horária: 30, Regime: AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA Parcial

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECD

2017 - 2017 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: ASSESSORA ESPECIAL , Carga horária: 30, Regime: Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano Parcial

Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - AESBE

2007 - 2015 Vínculo: Consultoria Jurídica , Enquadramento funcional: Sem enquadramento funcional. , Carga horária: 30, Regime: Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais Parcial

2013 - 2015 Enquadramento funcional: Advogada, Regime: Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais Parcial

Instituto Mulheres do Saneamento - MUSAS

2020 - Atual Vínculo: Vice-Presidente , Enquadramento funcional: Vice-Presidente , Carga horária: 0, Regime: Instituto Mulheres do Saneamento Parcial

ESCOLA SUPERIOR DA ADVOCACIA PIAUÍ - NOVA ESA

2023 - 2023 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: PROFESSORA , Carga horária: 15, Regime: ESCOLA SUPERIOR DA ADVOCACIA PIAUÍ Parcial
Outras informações:
Curso de Pós-Graduação on-line - aulas gravadas

ASSIS PASSOS E ADVOGADOS - ASSIS PASSOS

2023 - 2025 Vínculo: ASSOCIADA , Enquadramento funcional: ASSOCIADA, Regime: ASSIS PASSOS E ADVOGADOS Parcial

Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques - Sociedade de Advogados - MANESCO

2024 - Atual Vínculo: Associada , Enquadramento funcional: Associada, Regime: Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques - Sociedade de Advogados Parcial
Outras informações:
Projeto BNDES

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP

2024 - Atual Vínculo: Projeto , Enquadramento funcional: Advogada, Regime: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo Parcial

Membro de comitê de assessoramento

2019 - Atual Secretaria de Estado da Cultura

2019 - Atual Secretaria de Estado da Cultura

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito

Producão

Produção bibliográfica

Livros publicados

1. ARANHA, M. I.; LIMA, João; LIRA, Lira; QUELHO, R. T. M.; NUNES, A. R. P.; **GÓES, E. C. O.**. Coleção Brasileira de Direito das Telecomunicações, ed.7º. Brasília: Universidade de Brasília, 2012, v.1.
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9781467549158, Home page: http://www.cbdt.ndsr.org/inteiroteor/2012/telecom.pdf

Capítulos de livros publicados

1. **Oliveira, Elizabeth.**; BRANDAO, L. C. A. F. R.; CARVALHO, M. T.. ADEQUAÇÕES E SOLUÇÕES NO FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO-METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS In: Federalismo, Planejamento e Financiamento: avanços e desafios da governança metropolitana no Brasil, ed.1. Rio de Janeiro: Ipea, 2021, v.5, p. 427 - 446.
Palavras-chave: Governança Metropolitana, Federalismo
Áreas do conhecimento: Direito,Planejamento Urbano e Regional
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9786556350257, Home page:
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_federalismo_planejamento_financiamento_avancos_desafios.pdf

Artigos em jornal de notícias

1. Samantha Maia; **GÓES, E. C. O.**. Setor de saneamento ignora dúvidas na legislação e acelera investimentos. Valor Econômico, Brasil, 2008.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Artigos em revistas (Magazine)

1. **GÓES, E. C. O.**. Bom senso do Supremo prevalece em meio às disputas políticas. Revista Sanear, Brasil, p.20 - 21, 2014.
Áreas do conhecimento: Saneamento Básico
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.aesbe.org.br/up/files/Sanear_Edição_Nº-23.pdf
2. **GÓES, E. C. O.**. A gestão regional como solução para o saneamento nos municípios. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasil, p.40 - 42, 2012.
Palavras-chave: A gestão regional como solução para o saneamento
Áreas do conhecimento: Saneamento Básico
Setores de atividade: Captação, tratamento e distribuição de água
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.aesbe.org.br
3. **GÓES, E. C. O.**. Aesbe pleiteia o ingresso em processo para discutir o monopólio dos correios. Sanear - a revista do saneamento básico, , p.50 - 51, 2012.
Palavras-chave: monopólio dos correios
Áreas do conhecimento: Saneamento Básico
Setores de atividade: Correio e outras atividades de entrega
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.aesbe.org.br

4. **GÓES, E. C. O.**. Como compatibilizar lei e decreto. Revista Sanear, Brasília, p.34 - 36, 2011.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

5. **GÓES, E. C. O.**. O ICMS e a prestação de serviços sobre água canalizada. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.48 - 49, 2011.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

6. **GÓES, E. C. O.**. Planos de Saneamento Básico. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.34 - 35, 2011.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

7. **GÓES, E. C. O.**. A evolução da água na Constituinte Brasileira. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.21 - 22, 2010.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

8. **GÓES, E. C. O.**. A Regulamentação da Lei 11.445/2007. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.25 - 26, 2010.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

9. **GÓES, E. C. O.**. La evolución del agua en la Constitución Brasileña. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.45 - 46, 2010.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

10. **GÓES, E. C. O.**. Para entender os prazos definidos na Lei nº 11.445/07. Sanear - a revista do saneamento básico, Revista Sanear, p.39 - 41, 2010.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

11. **GÓES, E. C. O.**. Terceirização: onde está o bicho de sete cabeças?. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.21 - 22, 2010.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

12. **GÓES, E. C. O.**. Quem é o titular dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário: Estado ou Município. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.42 - 43, 2009.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://pt.scribd.com/doc/18731674/Sanear-eBook

13. **GÓES, E. C. O.**. Regulação ou Regulamentação. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.42 - 43, 2009.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

14. **GÓES, E. C. O.**. Retomada de serviço público. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.50 - 52, 2009.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

15. **GÓES, E. C. O.**. O Federalismo e a Titularidade dos Serviços de Saneamento. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília, p.20 - 20, 2008.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

16. **GÓES, E. C. O.**. Regulamentar ou não Regulamentar. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasil, v.1, p.11 - 11, 2007.
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Apresentação de trabalho e palestra

1. **GÓES, E. C. O.**. Panorama da regulação no Brasil e os desafios para o desempenho das funções estabelecidas pela lei 11.445, 2013. (Seminário,Apresentação de Trabalho)
Áreas do conhecimento: Saneamento Básico
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: São Paulo; Cidade: São Paulo; Evento: GESTÃO DO SANEAMENTO; Inst.promotora/financiadora: HIRIA

2. **GÓES, E. C. O.**. A Questão da Titularidade nas Regiões Metropolitanas, 2012. (Seminário,Apresentação de Trabalho)
Áreas do conhecimento: Saneamento Básico
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: www.fiesp.com.br; Local: São Paulo; Cidade: São Paulo; Evento: 2º Seminario Fiesp de Saneamento Básico - O Grande Desafio da Infraestrutura no Brasil; Inst.promotora/financiadora: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

3. **GÓES, E. C. O.**. A Urgência da Desoneração, 2012. (Outra,Apresentação de Trabalho)
Áreas do conhecimento: Saneamento Básico
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: www.enesan.com.br; Local: Rio de Janeiro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Encontro Técnico de Soluções e Melhores Práticas em Saneamento Ambiental; Inst.promotora/financiadora: Enesan

4. **GÓES, E. C. O.**. Regulamentação e Viabilização da Prestação de Serviços Regionalizados, 2012. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
Áreas do conhecimento: Saneamento Básico
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro. Home page: www.informagroup.com.br; Local: São Paulo; Cidade: São Paulo; Evento: 6ª Conferência de Saneamento; Inst.promotora/financiadora: Informa Group

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. ENGIE, T.; **Oliveira, Elizabeth.**. Revisão de PLANO SETORIAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SÃO LUÍS/MA, 2021

Palavras-chave: Plano Setorial de Água e Esgoto, Plano de Trabalho
Áreas do conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: www.vale.com

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **Oliveira, Elizabeth.**. DA TARDE, 2024.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: youtube rádio Timbira

2. **Oliveira, Elizabeth.**. Seminários Metropolitanos, 2024.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: TV BAND MA

3. **Oliveira, Elizabeth.**. Seminários Metropolitanos, 2024.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: am alta da TV Difusora local do SBT

4. OLIVEIRA, E.; **Oliveira, Elizabeth.**. ABRAM ALAS PARA O CARNAVAL SUSTENTÁVEL, 2023.
Referências adicionais: Brasil/Português.

5. **Oliveira, Elizabeth.**. RECICLA SIÔ, 2023.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: Youtube rádio Timbira

6. **Oliveira, Elizabeth.**. Reciclagem, 2023.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: TV Difusora

7. **Oliveira, Elizabeth.**. MULHERES NA POLÍTICA, 2020.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: mulheres do saneamento

8. **Oliveira, Elizabeth.**. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO, 2020.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: mulheres do saneamento

9. **Oliveira, Elizabeth.**. WORKSHOP: SANEAMENTO BÁSICO, 2020.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: mulheres do saneamento

10. LEITOA, RAFAEL; **GÓES, E. C. O.**. Mesa Redonda discute privatização no sistema de água e esgoto, 2015.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: https://www.youtube.com/watch?v=B6p_P0kZexA

11. **GÓES, E. C. O.**. Eis a Questão, 2014.
Palavras-chave: Água, Saneamento Básico, Direito Social
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional,Saneamento Básico
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: https://www.youtube.com/watch?v=-AloWo-6uu8&list=FL2fFp7DJDbD2kDbATue6fEw

12. **GÓES, E. C. O.**. A Questão da Titularidade Compartilhada, 2013.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: http://www.informagroup.com.br/site/noticia_detalhe.asp?IdNoticia=751

13. **GÓES, E. C. O.**. Decisão do STF sobre a gestão do saneamento gera dúvidas, 2013.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: http://www.valor.com.br/brasil/3031448/decisao-do-stf-sobre-gestao-do-saneamento-gera-duvidas

14. **GÓES, E. C. O.**. Jornal da Justiça 1ª Edição, 2013.
Áreas do conhecimento: Direito Tributário
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: https://www.youtube.com/watch?v=wClpW1DUc18#t=43

15. **GÓES, E. C. O.**. Tribunais julgarão cobrança de ICMS na conta de água, 2011.
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: http://www.valor.com.br/arquivo/876647/tribunais-julgarao-cobranca-de-icms-na-conta-de-agua

16. **GÓES, E. C. O.**. Carreiras - Direito e Saneamento Básico, 2010.
Palavras-chave: Carreiras - Direito e Saneamento Básico
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português.
Entrevista realizada pelo programa carreiras da TV Justiça em 06/11/2010.

Demais produções técnicas

1. **Oliveira, Elizabeth.**. SANEAMENTO BÁSICO: POLÍTICA E PLANOS MUNICIPAIS, 2023. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
Palavras-chave: Saneamento Básico
Áreas do conhecimento: Direito,Direito Público,DIREITO DO SANEAMENTO
Referências adicionais: Brasil/Português. 15 horas. Meio de divulgação: Meio digital

2. BRANDAO, L. C. A. F. R.; CARVALHO, M. T.; **Oliveira, Elizabeth.**. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS, 2021. (Relatório de pesquisa)
Palavras-chave: Governança Metropolitana, Estatuto das Cidades, Metrópole, Desenvolvimento Urbano
Áreas do conhecimento: Administração Municipal e Urbana,Direito,Planejamento Urbano e Regional
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

3. **GÓES, E. C. O.**; SANTOS, L. H.. Código de Meio Ambiente da Cedae, 2004. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)
Áreas do conhecimento: Ciências Ambientais
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões em andamento

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Daniel de Souza Lyra. **Subsídios às tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para municípios sem capacidade de pagamento compatível com a autossustentação econômico-financeira: Concretização de direitos fundamentais.** 2015. Monografia (Pós-Graduação em Direito do Saneamento) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA
Palavras-chave: Subsídios, tarifas, serviços públicos, saneamento
Áreas do conhecimento: Subsídios, tarifas, serviços públicos, saneamento
Referências adicionais: Brasil/Português.

Eventos

Participação em eventos

1. **4º CONAES**, 2025. (Outra) Economia Solidária no Maranhão.
2. **Congresso ABAR**, 2025. (Congresso) .
3. **Dlálogos Ceará - Suécia - Economia Circular e Resíduos Sólidos**, 2025. (Outra) .
4. **Universalizar**, 2025. (Congresso) .
5. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
6. Apresentação Oral no(a) **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
7. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
8. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
9. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
10. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
11. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
12. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
13. **Seminários Preparatórios da II Conferência Metropolitana**, 2024. (Seminário) Saneamento Básico - Função Pública de Interesse Comum.
14. Apresentação de Poster / Painel no(a) **II Jornada Jurídica da FSL**, 2023. (Seminário) A História do Saneamento Básico no Brasil.
15. **Inclusão Socioprodutiva de Catadores de Materiais Recicláveis**, 2023. (Seminário) A Reciclagem como instrumento de valorização dos catadores de materiais recicláveis.
16. **OFICINAS TEMÁTICAS CAO MEIO AMBIENTE**, 2023. (Oficina) SANEAMENTO BÁSICO.
17. **SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**, 2023. (Seminário) SANEAMENTO BÁSICO: PLANOS MUNICIPAIS.
18. Conferencista no(a) **Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente**, 2022. (Congresso) Encontro Técnico AESABESP.
19. **Museu da Água**, 2022. (Feira) Parceria Instituto Mulheres do Saneamento e Museu da Água.
20. **Governança Metropolitana na América Latina**, 2019. (Seminário) IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES E SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO-METROPOLITANO DA RMGSL.
21. **Seminário Nacional AESBE 30 anos**, 2015. (Seminário) .
22. **XIX Semana Jurídica da UnB**, 2015. (Seminário) Crise da Infraestrutura: Direito e Regulação Saneamento Básico.
23. **XIX Semana Jurídica da UnB**, 2015. (Seminário) Crise da Infraestrutura: Direito e Regulação Saneamento Básico.
24. **Assembleia Nacional da ASSEMAE**, 2014. (Congresso) ACÓRDÃO DO STF SOBRE A TITULARIDADE DO SANEAMENTO NAS REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLOMERAÇÕES URBANAS – ADI 1842/RJ.
25. **Fórum Horizontes do Saneamento**, 2014. (Outra) .
26. **Seminário Terceirização sem Fraude à C.L.T.**, 2014. (Seminário) .
27. **Panorama da regulação dos serviços no Brasil e os desafios para o modelagem das agências e desempenho das funções**, 2013. (Seminário) Panorama da regulação dos serviços no Brasil e os desafios para o modelagem das agências e desempenho das funções.
28. **II Seminário Fiesp de Saneamento Básico**, 2012. (Seminário) A Questão da Titularidade nas Regiões Metropolitanas.
29. **II Fórum Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público**, 2011. (Outra) .
30. Conferencista no(a) **SEMINÁRIO SOBRE A LEI 11.445/2007 E O DECRETO**, 2011. (Seminário) A LEI 11.445/2007 E O DECRETO.
31. Apresentação de Poster / Painel no(a) **4ª Conferência de Saneamento**, 2010. (Seminário) A Criação das Agências Reguladoras.
32. Conferencista no(a) **II Congresso de Carreiras Jurídicas do Estado**, 2010. (Congresso) Os impactos da nova legislação de diretrizes para o saneamento.
33. Conferencista no(a) **O Cenário do Saneamento após o Decreto nº 7.217 de 2010**, 2010. (Seminário) O Cenário do Saneamento após o Decreto nº 7.217 de 2010.
34. Conferencista no(a) **O Cenário do Saneamento após o Decreto nº 7.217 de 2010**, 2010. (Seminário) 2ª Edição - O Cenário do Saneamento após o Decreto nº 7.217 de 2010.
35. Conferencista no(a) **Regulação no Setor de Saneamento**, 2010. (Congresso) Definição do papel das agências reguladoras.
36. Apresentação Oral no(a) **V Encontro de Auditoria das Empresas de Saneamento**, 2010. (Encontro) Cenário Normativo do Setor de Saneamento.
37. Apresentação de Poster / Painel no(a) **Conasa Brasil**, 2009. (Congresso) Aesbe.
38. Apresentação (Outras Formas) no(a)**Criação de Agências Reguladoras e o Desenvolvimento do Plano de Saneamento Básico**, 2009. (Outra) Agências Reguladoras e o Desenvolvimento do Plano de Saneamento Básico.
39. Apresentação Oral no(a) **SANEAMENTO**, 2009. (Seminário) SANEAMENTO.
40. **1º Seminário Nacional - Marco Regulatório do Setor de Saneamemento**, 2007. (Seminário) .
41. **Saneamento Básico: Experiência Internacional e Avaliação de Proposta para o Brasil**, 2006. (Seminário) .

42. **TECHFORUM UNISYS**, 2005. (Encontro) .

43. **Conferência Internacional de Auditoria Ambiental**, 2004. (Outra) .

44. **II Fórum Brasileiro de Direito Público da Economia**, 2004. (Outra) .

45. **Parcerias Público-Privadas PPP**, 2004. (Oficina) .

46. **Saneamento básico: o modelo de concessões como alternativa para o setor**, 2004. (Seminário) .

47. **Seminário Nacional sobre o anteprojeto de lei da Política Nacional de Saneamento Ambiental número 04**, 2004. (Seminário) .

48. **IV GAMAJUR**, 1998. (Seminário) .

Organização de evento

1. **GÓES, E. C. O.**. A Sustentabilidade na Gestão do Saneamento, 2011. (Congresso, Organização de evento)
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

2. **GÓES, E. C. O.**. Serviços Públicos de Saneamento nas Regiões Metropolitanas, 2009. (Congresso, Organização de evento)
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

3. CNRH; **GÓES, E. C. O.**. Pacto Federativo e a Convergência da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, 2005. (Outro, Organização de evento)
Áreas do conhecimento: Ciências Ambientais
Referências adicionais: Brasil/Português.

4. **GÓES, E. C. O.**. Seminário Problemas Sócio-econômicos de Abastecimento de Água nas Grandes Metrópoles, 2003. (Outro, Organização de evento)
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Fui a idealizadora e uma das organizadoras do evento.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Livros publicados	1
Capítulos de livros publicados	1
Jornais de Notícias	1
Revistas (Magazines)	16
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	1
Apresentações de trabalhos (Seminário)	2
Apresentações de trabalhos (Outra)	1

Produção técnica

Trabalhos técnicos (outra)	1
Curso de curta duração ministrado (especialização)	1
Desenvolvimento de material didático ou instrucional	1
Programa de Rádio ou TV (entrevista)	10
Programa de Rádio ou TV (mesa redonda)	4
Relatório de pesquisa	1

Orientações

Orientação em andamento (monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização)	1

Eventos

Participações em eventos (congresso)	7
Participações em eventos (seminário)	29
Participações em eventos (oficina)	2
Participações em eventos (encontro)	2
Participações em eventos (outra)	7
Organização de evento (congresso)	2
Organização de evento (outro)	2

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 26/01/2026 às 13:24:51.

PROPOSTA PARA PAGAMENTO

CURSO: Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 18h

PERÍODO: 21/05/2026 à 22/05/2026

HORÁRIO: 9h00 às 18h00

VALOR HORA/AULA: R$ 170,00 (cento e setenta reais)

VALOR DO CURSO: R$ 3.060,00 (Três mil e sessenta reais**)**

DADOS PARA PAGAMENTO:

IDENTIDADE: 103.706 DATA DE EXPEDIÇÃO: 8/08/2024 - OAB-RJ

CPF: 07589315737 **PIS ou PASEP:** 12665484589

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: 001

AGÊNCIA: 8618-5

CONTA CORRENTE: 714-5

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

END: Rua das Avenças, 3713, Ed. Nápoli, Apt. 504, Renascença.

UF: Maranhão

CEP: 65077-620

CELULAR: 98-991881804

E-MAIL: liza.rj@icloud.com

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias.

São Luís, 28 de Abril de 2026.

ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES:07589315737 Assinado de forma digital por ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES:07589315737

NOME: ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES
CPF: 07589315737

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO - PESSOA FÍSICA

1. DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: (RG OU CNH) / RESERVISTA - OBRIGATÓRIO (HOMENS)
2. CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO
3. CURRÍCULO
4. PROPOSTA DE CURSO (COM VALIDADE DE 90 DIAS E DADOS BANCÁRIOS)
5. EMENTA DO CURSO
6. DIPLOMAS DE TITULAÇÃO
7. COMPROVANTE SITUAÇÃO CADASTRAL CPF
8. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DO FORNECEDOR - SICAF
9. CERTIDÃO CONJUNTA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
10. CERTIDÃO NEGATIVA CORRECIONAL (EPAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP E CEPIM)
11. CERTIDÃO NEGATIVA CORRECIONAL - AGENTES PÚBLICOS (EPAD E CGU-PAD)
12. CERTIDÃO NEGATIVA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E INELEGIBILIDADE
13. CERTIDÃO NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS

ANEXO:

TABELA DE VALORES

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	TITULAÇÃO	VALORES (R$)
Ministrar aulas em cursos de formação e capacitação, produção de conteúdo	Graduado	R$ 120,00 (cento e vinte e reais) a hora-aula
	Especialista	R$ 170,00 (cento e setenta reais) a hora aula
	Mestre	R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) a hora-aula
	Doutor	R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) a hora-aula
Proferir palestra em encontros, simpósios, congressos e similares	02 (duas) horas-aula por evento	
Orientação de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação	02 (duas) horas-aula por aluno orientado	
Participação em banca de exame de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação	01 (uma) hora-aula por banca	

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CERTIFICADO

Os Diretores da Escola Brasileira de Administração Pública e da Escola de Pós - Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas conferem a ***Elizabeth Costa de Oliveira*** este certificado, referente ao **Curso de Pós – Graduação *Lato Sensu* - MBA em Direito do Consumidor e da Concorrência ,** nível Especialização, com 396 horas - aula, realizado no Rio de Janeiro – RJ , no período de 27 de abril de 2001 a 07 de junho de 2002.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2002.

Bianor Scelza Cavalcanti
Diretor da EBAP / FGV

Clovis de Faro
Diretor da EPGE / FGV

Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969) SEI 19.13.0054.0019938/2026-80 / pg. 29

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

HISTÓRICO ESCOLAR
Curso de
Pós - Graduação Lato Sensu

FGV management

Nome do Aluno: ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA
Naturalidade: RIO DE JANEIRO
Data de Nascimento: 18/04/1977
Curso: PÓS-GRADUAÇÃO - MBA EM DIREITO DO CONSUMIDOR E DA CONCORRÊNCIA
Total de Horas-Aula: 396
Período: 27/04/2001 a 07/06/2002
Critérios de Aprovação: Grau igual ou superior a 7,0 (sete) / Freqüência mínima de 75% nas aulas ministradas.

Módulo	Docente Responsável	Titulação	H / A	Freqüência	Média Final
Tópicos Especiais	-	Palestras	36 h	100 %	*
Qualidade e Atendimento ao Consumidor	Fernando Antonio Ribeiro Serra	Mestre em Engenharia Metalúrgica e de Materiais	36 h	100 %	10,0
Marketing e Comportamento do Consumidor	Celso José de Campos	Doutor em Engenharia de Produção	36 h	100 %	10,0
Direito Internacional Econômico	Fernando de Oliveira Pontes	Especialista em Direito Tributário	36 h	89 %	9,5
Concentração Empresarial e Antitruste	Fernando José de Oliveira Baptista José Maria Machado Gomes	Especialista em Direito Empresarial Contemporâneo Mestre em Direito	36 h	100 %	10,0
Direito do Consumidor	Plinio Lacerda Martins	Mestre em Direito	36 h	89 %	8,0
Direito Societário	Antônio Carlos Silva	Mestre em Direito	36 h	100 %	8,0
Direito Constitucional Econômico	Carla Izolda Fiuza Costa Marshall	Doutora em Direito Econômico	36 h	78 %	8,5
Economia de Mercado	José Maria Machado Gomes	Mestre em Direito	36 h	100 %	8,0
Direito da Concorrência	Ruy Afonso de Santacruz Lima	Doutor em Economia	36 h	89 %	8,5
Moderna Teoria Contratual e Intervenção do Estado	Marcos Cesar de Souza Lima	Especialista em Direito Civil e Processo Civil	36 h	100 %	9,5

(*) Avaliação feita por freqüência. Aprovado.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2002.

Rodrigo Pamplona Brochado
Secretário Geral da EBAP

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - F.G.V.

ESCOLA PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA EPGE./FGV

Frederico José Lustosa da Costa
Chefe do Centro de Pós-Graduação Lato Sensu

Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969) SEI 19.13.0054.0019938/2026-80 / pg. 30

Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
SEI 19.13.0054.0019938/2026-80 / pg. 31

idp ESCOLA DE DIREITO DE BRASÍLIA

CERTIFICADO

Certificamos que ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA concluiu, com aproveitamento, o Curso de PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO DO SANEAMENTO, realizado no período de 12 de maio de 2014 a 16 de julho de 2015, com a carga horária de 360 horas, pelo que lhe é conferido este Certificado, de acordo com a Portaria nº 90, de 15 de junho de 2012.

Brasília, DF, 08 de novembro de 2016

Denilson de Farias Martins
Secretário Geral

Aluno(a)

Francisco Schertel Ferreira Mendes
Diretor-Geral da Escola de Direito de Brasília

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **075.893.157-37**

Nome: **ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES**

Data de Nascimento: **18/04/1977**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **25/06/1995**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:38:08** do dia **29/04/2026** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **1CC0.759E.A6A2.F928**

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CPF: **075.893.157-37**
Nome: **ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **03/05/2027**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**25/10/2026**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**31/10/2026**	**Automática**

Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969) SEI 19.13.0054.0019938/2026-80 / pg. 33

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES
CPF: 075.893.157-37

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:58:54 do dia 28/04/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/10/2026.
Código de controle da certidão: **735A.2E99.883F.5C8C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (29/04/2026 às 09:46) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 075.893.157-37.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 69F1.FD8E.0E04.7766 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969) SEI 19.13.0054.0019938/2026-80 / pg. 35

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES**

CPF/CNPJ: **075.893.157-37**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:47:26 do dia 29/04/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5

Código de controle da certidão: 482E290426094726

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Despacho nº 387/2026 - GPGJ

PA 19.13.0054.0019938/2026-80
ASSUNTO: Autorização para Contratação de Instrutor – Curso de Capacitação.
INTERESSADO (A): Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA

DESPACHO

1. Trata-se de Processo Administrativo instaurado pelo Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA, no qual solicita a contratação de instrutor para ministrar curso de capacitação, destinado a Membros, Servidores, Estagiários e Residentes do Ministério Público do Maranhão.

2. Encaminhem-se os autos à Diretoria Geral, para que se proceda à análise do pleito, conforme o Art. 61, do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ.

3. Após, retornem-se os autos para decisão.

São Luís (MA), *data da assinatura eletrônica.*

Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**, **Procurador Geral de Justiça**, em 14/05/2026, às 11:02, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0426358** e o código CRC **B84A0FAF**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA GERAL

Despacho nº 2076/2026 - GPGJ/DG

Assunto: CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
Interessado: Escola Superior do Ministério Público (ESMP)

Trata-se de processo administrativo no qual a Escola Superior do Ministério Público, por meio do Ofício nº 50/2026 - GPGJ/ESMP, solicita a **contratação da instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o curso de capacitação sobre "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007"** a ser oferecido a membros, servidores, estagiários e residentes do Ministério Público do Maranhão, **nos dias 21 e 22 de maio de 2026**, no **valor de R$ 3.600,00** (três mil e seiscentos reais).

Considerando o Despacho nº 387/2026 - GPGJ, encaminhem-se os autos **à Secretaria Administrativo-Financeira** para ciência e devida instrução junto aos setores administrativos competentes.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
DIRETOR-GERAL/ PGJ- EM EXERCÍCIO

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor(a) Geral, em exercício**, em 15/05/2026, às 14:30, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0440518** e o código CRC **60B81640**.

Despacho nº 1548/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Assunto: Inexigibilidade de licitação – Elizabeth Costa de Oliveira Telles.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público.

Tendo em vista o pedido de contratação direta de Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o curso de capacitação "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007", a ser ofertado a Membros, Servidores, Estagiários e Residentes deste MPMA, na modalidade presencial, nos dias 21 e 22 de maio de 2026, no valor total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), conforme as especificações contidas no Termo de Referência nº 4/2026 - GPGJ/ESMP[1] e demais documentos, encaminham-se os autos em epígrafe às unidades abaixo elencadas para as seguintes providências:

1. **Coordenadoria de Orçamento e Finanças** para informar se há dotação orçamentária suficiente para custear a despesa;

2. **Comissão Permanente de Licitação** para enquadramento legal da despesa e elaboração da minuta contratual, se cabível;

3. **Escola Superior do Ministério Público** para ciência, análise e manifestação acerca da minuta, e, caso necessário, proposição de adequações para a plena execução do contrato, prevenindo, dessa forma, eventuais impropriedades;

4. **Assessoria Técnica da Administração** para análise e manifestação acerca da regularidade processual.

Por fim, retornem os autos a esta SEAF.

São Luís/MA, *data da assinatura eletrônica*.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

Referências:

1. ^ Termo de Referência 4 TREF - Contratação Elizabeth Telles (0421903)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 18/05/2026, às 09:35, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0440584** e o código CRC **345294DD**.

Processo SEI/MPMA nº: 19.13.0054.0019938/2026-80 ID: 0440584

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Despacho nº 1543/2026 - GPGJ/DG/COF

Assunto: Inexigibilidade de licitação – Elizabeth Costa de Oliveira Telles.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público.

Ao Procurador Geral de Justiça,

A despesa em tela está classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme o quadro a seguir:

Unidade Orçamentária: 07901 - Fundo Especial do Ministério Público

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 091 – Defesa da Ordem à Justiça

Programa: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça

Ação: 4962 – Desenvolvimento Institucional

Subação: 017216 – DESEMP

Natureza de Despesa: 3390 - Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes

Fontes: 1.7.59.000000; 2.7.59.000000

A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.766, de 30/12/2025, que fixou, para a UG 070901, durante o exercício de 2026, o montante de até R$ 7.000.000,00 para a subação acima mencionada, e que após dedução desta e de outras despesas, o saldo nesta data é de R$ 4.647.138,70.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **TATIANA ALVES DE PAULA**, **Coordenadora de Orçamento e Finanças**, em 18/05/2026, às 12:04, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0441717** e o código CRC **20012AA5**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Despacho nº 339/2026 - GPGJ/CPL

De: Comissão Permanente de Contratação – CPC

Para: Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

Solicitamos confirmação do valor da contratação do curso, uma vez o Termo de Referência o valor é de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), divergindo da Proposta da Instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles que é de R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais).

Atenciosamente,

Francisco de Assis Martins Queiroz

Técnico Ministerial - CPL

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ**, **Técnico Ministerial**, em 18/05/2026, às 16:58, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0443134** e o código CRC **7FF14450**.

O MP trabalha para você!
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261 - Bairro Calhau - CEP 65.076-906 - São Luís - MA
Contato: - e-mail: cpl@mpma.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Termo de Referência nº 5/2026 - GPGJ/ESMP

TERMO DE REFERÊNCIA (TREF)
UNIDADE SOLICITANTE: CAOUMA - MPMA

1. OBJETO

Contratação da Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles para ministrar o Curso de Capacitação em "As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)", destinado a Membros, Servidores, Estagiários (as) e residentes do MPMA.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Metodologia e Conteúdo: O curso observará a carga horária de 18 horas-aula, no formato descrito na proposta da Instrutora, garantindo a aderência às necessidades da Escola Superior. A realização da capacitação em "As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)", nos termos da proposta apresentada, tem por finalidade promover para o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA):

- **Atuação Estrutural e Universalização**: Superar a atuação baseada em medidas pontuais, capacitando os membros e servidores para a promoção de ações que visem a universalização do saneamento (acesso à água tratada e coleta de esgoto) de forma estrutural em todo o estado, para além da capital.
- **Aprimoramento da Fiscalização e Regulação**: Proporcionar conhecimentos técnicos para que os profissionais possam avaliar com segurança a eficiência da prestação dos serviços de saneamento, fundamentando-se na análise rigorosa da regulação e dos contratos vigentes.
- **Implementação de Políticas Públicas e Controle Social**: Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos e garantir a efetiva implementação de políticas setoriais, em total alinhamento com os objetivos do Plano Estratégico do MPMA (2021-2029).
- **Qualificação Técnica e Segurança Jurídica**: Garantir que os participantes obtenham um conhecimento sólido e seguro sobre o marco legal do saneamento básico, qualificando a instrução de procedimentos e a tomada de decisões na esfera da probidade administrativa e dos direitos difusos.

2.2. Modalidade e Carga Horária: O curso terá carga horária de **18 horas-aula**, em formato presencial, nas salas de aula da Escola Superior, localizadas no 1° andar, do Centro Cultural e Administrativo do MPMA.

2.3. Instrutora Responsável: A capacitação será conduzida pela instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, que possui vasta experiência em ministrar cursos e palestras no âmbito de direito e saneamento básico, assegurando, assim, a qualidade técnica, metodológica e a aderência do conteúdo programático às necessidades desta Escola Superior.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Alinhamento Estratégico: A contratação está vinculada ao Planejamento Estratégico 2021-2029, especificamente ao objetivo de "Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social".

3.2. Base Normativa: Atende à Recomendação nº 02 de 21/06/2018 do CNMP, priorizando a capacidade de diálogo e construção de consenso.

3.3. Necessidade Institucional: Visa garantir capacitação aos Membros, Servidores, Estagiários (as) e Residentes do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), contribuindo para o aprimoramento das práticas institucionais e qualificação para atuação na promoção de medidas que visem assegurar a universalização do saneamento.

3.4. Inexigibilidade: A contratação fundamenta-se na natureza singular do serviço e na notória especialização da instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, com histórico de atividade em Direito do Saneamento, tendo uma sólida formação técnica voltada para a área de saneamento básico, sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuando também na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água. Além de ser Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS

Os requisitos necessários à contratação constam previstos no Ato Regulamentar n.º 23/2022 e na legislação geral de contratações (Lei 14.133/21).

4.1. Requisitos gerais

Destacam-se os requisitos gerais abaixo.

4.1.1 Comprovação de Capacidade técnica: A contratada comprovou capacidade técnica por meio de Curriculum Vitae e diplomas de Especialização em Direito do Saneamento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP e em Direito do Consumidor e da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui atuação com docência do Ensino Superior na Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

4.1.2 Habilitação legal: A contratada comprovou formação acadêmica e técnica na área especializada do Direito do Saneamento, atendendo aos requisitos legais.

4.1.3 Notória especialização: A instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles é reconhecida por sua notória especialização na área de direito e saneamento básico, atuando na elaboração de leis e em casos relacionados a área de estudo e promoção ao saneamento básico.

4.2. Requisitos específicos:

Quanto aos requisitos específicos, destacam-se os seguintes:

4.2.1 Contratação de serviços técnicos especializados:

O serviço a ser contratado enquadra-se como técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, voltado à capacitação sobre "As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)", sendo ministrado por profissional com notória especialização na área de direito e saneamento básico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 Contratação para treinamento e aperfeiçoamento: A contratação visa atender à necessidade institucional de capacitação dos integrantes do Ministério Público do Estado do Maranhão, para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).

Ademais, a capacitação busca promover o desenvolvimento de habilidades teóricas e práticas, qualificando a atuação dos participantes na promoção de medidas que visem assegurar a universalização do saneamento (acesso a água tratada e à coleta de esgotos).

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conforme proposta comercial da instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, o curso possui carga horária de 18 horas-aula, de modo a assegurar os seguintes conteúdos:

O Novo Marco Legal e a Segurança Jurídica (4h)

- Análise aprofundada da Lei nº 14.026/2020 e seus impactos nas competências municipais e estaduais.
- Qualificação da instrução de procedimentos administrativos e judiciais.
- Interfaces entre a gestão do saneamento e o regime de responsabilidade dos agentes públicos.
- O saneamento como direito fundamental e vetor de saúde pública e dignidade humana.

Planejamento Estratégico e Universalização (4h)

- Metodologias para transitar do litígio individual para a promoção de soluções sistêmicas.
- Estratégias para garantir que a universalização (água e esgoto), alcançando os municípios do interior

Fiscalização Técnica, Regulação e Contratos (5h)

- Indicadores de desempenho na prestação de serviços (perdas de água, cobertura e qualidade do tratamento).
- O papel das agências reguladoras e a análise de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e programas.
- Ferramentas técnicas para fiscalizar o cumprimento de metas de universalização e investimentos previstos.

Políticas Públicas, Recursos e Controle Social (5h)

- Fiscalização da aplicação de verbas federais, estaduais e municipais no setor.
- Como avaliar a eficácia e a implementação real das políticas setoriais.
- Fomento à participação da sociedade civil e fortalecimento dos conselhos municipais.
- Estudo de casos e elaboração de estratégias de intervenção ministerial.

6. QUALIFICAÇÃO DA INSTRUTORA

A instrutora responsável pela condução do curso possui comprovada formação acadêmica e experiência prática na área de Direito do Saneamento, conforme descrito no item 4.1.3 (Notória especialização) deste Termo de Referência. Trata-se de profissional com atuação consolidada sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuando também na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água. Além de ser Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Elizabeth Costa De Oliveira Telles):

1) Realizar a capacitação conforme o conteúdo programático apresentado na proposta, obedecendo às datas, horários e modalidade acordadas;
2) Comprovar a sua qualificação, por meio dos certificados de formação acadêmica e experiência comprovadas, conforme especificado no Termo de Referência;
3) Fornecer material atualizado e adequado ao conteúdo do curso, em formato acessível aos participantes;
4) Cumprir rigorosamente as normas de proteção de dados (LGPD), sigilo e ética profissional, especialmente no tratamento de dados sensíveis tratados durante a capacitação;
5) Informar com antecedência qualquer impedimento à execução das atividades previstas, propondo soluções alternativas compatíveis com a programação institucional do MPMA.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPMA):

1) Disponibilizar estrutura adequada para a realização das atividades no dia 21 e 22 de maio, com os recursos de apoio logístico e tecnológico necessários;
2) Indicar formalmente os participantes do curso, organizando o controle de frequência e desempenho conforme critérios internos;
3) Efetuar o pagamento do valor contratado, conforme condições acordadas e mediante a entrega da nota fiscal e comprovação da execução dos serviços;
4) Colaborar com as atividades pedagógicas e técnicas, facilitando a comunicação com os participantes e a contratada, sempre que necessário;
5) Gravação das aulas para armazenamento exclusivo da ESMP/MA e possibilitar a consulta restringida aos membros, servidores, residentes e estagiários, mediante identificação de login institucional e senha.

9. SANÇÕES CONTRATUAIS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela contratante, sujeitará às seguintes sanções administrativas, observada a ampla defesa e o contraditório:

1) Advertência formal por escrito, quando se tratar de infrações leves ou de caráter inicial;
2) Multa de até 10% sobre o valor global do contrato, aplicada proporcionalmente à gravidade do descumprimento ou à inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da exigência de ressarcimento por eventuais prejuízos causados;
3) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Ministério Público do Estado do Maranhão pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos da legislação vigente;
4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsão da Lei n.º 14.133/2021, quando comprovada conduta dolosa ou prejuízo grave à instituição;
5) Ressarcimento integral por eventuais danos materiais ou morais causados ao MPMA em decorrência da má execução do contrato.

As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade do fato, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

10. PRAZO E LOCAL

A Capacitação presencial a ser oferecida aos Membros do MPMA, Servidores do MPMA, Estagiários (as) do MPMA e Residentes do MPMA acontecerá nos dias 21 e 22 de maio de 2026, das 8h às 18h, presencialmente, nas salas de aula da Escola Superior, localizadas no 1° andar do Centro Cultural e Administrativo do MPMA.

11. PROPOSTA DE PREÇO

A proposta de preço apresentada pela Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles é de R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), valor que está de acordo com a Resolução n.º 001/2018-CPES/MA, que estabelece R$ 170,00 a hora/aula para profissional com titulação de Especialista.

11.1 Valor total do curso:

CONTRATADA	CNPJ	CURSO	VALOR
Elizabeth Costa De Oliveira Telles	**075.893.157-37**	**"Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico)"**	**R$ 3.060,00**

11.2 O pagamento será efetuado conforme condições estabelecidas na proposta, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da realização do curso;

11.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida eletronicamente;

11.4 A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do Curso.

12. DA CONTRATADA

12.1 Elizabeth Costa De Oliveira Telles (CPF: 075.893.157-37)

12.2 Contato: eco@eco-juridico.com / (98) 9188-1804

12.3 Endereço: Rua das Avenças, 3713, Ed. Nápoli, Apt. 504, Renascença. – CEP 65077-620 –São Luís/MA

13. FORMA DE PAGAMENTO

13.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida eletronicamente;

13.2. A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do Curso.

José Ribamar Sanches Prazeres

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, **Diretor da Escola Superior do Ministério Público**, em 19/05/2026, às 09:29, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0443365** e o código CRC **F23453D8**.

O MP trabalha para você!
Rua Oswaldo Cruz, 1396 - Centro - CEP 65.020-910 - São Luís - MA
Contato: - e-mail: esmp@mpma.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Parecer nº 38/2026 - GPGJ/CPL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19.13.0054.0019938/2026-80 SEI

INTERESSADO: Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

ASSUNTO: Contratação da Instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles por Inexigibilidade de Licitação**.**

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata o presente de enquadramento legal de solicitação de Contratação, por Inexigibilidade de Licitação, referente a realização de despesa para a contratação da Instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o Curso de Capacitação em "As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)", destinado a Membros, Servidores, Estagiários (as) e residentes do MPMA, com carga horária de 18 horas-aula, em formato presencial, nas dependências da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, localizadas no 1° andar, do Centro Cultural e Administrativo do MPMA, nos dias 21 e 22 de maio de 2026, das 8h às 18h, no valor total de **R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais)**, conforme solicitação através do Ofício nº 50/2026 – GPGJ/ESMP e Termo de Referência nº 4/2026 – GPGJ/ESMP.

Para subsidiar o pedido, foram anexados aos autos os documentos exigidos no Ato Regulamentar nº 23/2022 – GPGJ.

O custo global desta contratação perfaz o valor total de **R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais)**, conforme proposta apresentada pela Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇO OFERTADO

INSTRUTORA	CPF	CURSO	VALOR
Elizabeth Costa de Oliveira Telles	075.xxx.xxx.37	"As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)"	**R$ 3.060,00**

Atendo-se apenas ao quesito valor da proposta apresentada, e, ressalvados os aspectos técnicos, jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e patrimoniais, que escapam à análise desta Comissão, verifica-se a possibilidade de realização da despesa, a critério da Administração Superior, por **Inexigibilidade de Licitação**, com amparo legal no **artigo 74, inciso III, alínea "f" e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, in fine:

> **Lei Federal nº 14.133/21.**
>
> **Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de**:
>
> (...)
>
> III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
>
> (...)
>
> f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
>
> (...)
>
> §3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

A despeito dos requisitos que subsidiam a **inexigibilidade de licitação** preceituado no **art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021,** verifica-se a presença da documentação probatória das razões de escolha da empresa para aquisição e, relativamente ao preço apresentado, o mesmo foi justificado no supracitado Termo de Referência.

Informo que, pela modalidade de contratação, a qual dispensa a elaboração de minuta contratual, os autos seguem para a Assessoria Técnica da Administração, para cumprimento do disposto no Despacho nº 1548/2026 – GPGJ/DG/SEAF.

Atenciosamente,

Francisco de Assis Martins Queiroz

Técnico Ministerial

CPL/PGJ-MA

Conceição de Maria Correa Amorim

Presidente da Comissão de Licitação

PGJ-MA

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ**, **Técnico Ministerial**, em 19/05/2026, às 10:56, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM**, **Presidente da Comissão Permanente de Contratação**, em 19/05/2026, às 11:04, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0444076** e o código CRC **71D52C39**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DA ADMINISTRAÇÃO

Parecer Técnico nº 589/2026 - GPGJ/DG/ASSTEC/ADM

Processo Administrativo	**Nº 19.13.0054.0019938/2026-80**
Assunto	Inexigibilidade de Licitação
Unidade Solicitante	Escola Superior do Ministério Público
Profissional a ser contratada	Elizabeth Costa de Oliveira Telles (CPF: 075.893.157-37)
Objeto	**Curso de capacitação "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007", a ser ofertado a Membros, Servidores, Estagiários e Residentes deste MPMA, na modalidade presencial, nos dias 21 e 22 de maio de 2026.**
Valor	**R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata-se de análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação para contratação da instrutora **Elizabeth Costa de Oliveira Telles**, conforme Ofício 50 Ofício (0421603) e Despacho 1548 (0440584).

Da análise da documentação acostada aos autos, conforme legislação pertinente, informamos:

ITEM	DA ANÁLISE	SIM	NÃO	ANEXO
1	Documentos conforme Ato Regulamentar nº 23/2022-GPGJ			
1.1	Documento de formalização da demanda no Portal Nacional de Compras Públicas	x		Anexo DFD (0421966)
1.2	Estudo Técnico Preliminar	x		Estudo Técnico Preliminar 4 ETP - Contratação Elizabeth Telles (0421889)
1.3	Termo de Referência	x		Termo de Referência 5 TREF ATUALIZADO - Contratação Elizabeth Telles (0443365)
1.4	Comprovante de inscrição e situação cadastral no CPF	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
1.5	Documento de identificação pessoal	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
1.6	Certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
1.9	Declaração de Inexistência de Parentesco	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
1.10	Consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
1.11	Certidões ou outros documentos que atestem a ausência de penalidade que impeça a contratação com o Ministério Público do Estado do Maranhão			
1.11.1	SICAF	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
1.11.2	**Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União no sítio eletrônico <www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>**		**x**	
1.11.3	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, disponível no sítio eletrônico <www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
1.11	Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU, a ser obtida no sítio eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?	x		Anexo Documentos -

.4	p=INABILITADO:INIDONEOS>			Elizabeth Telles (0421969)
1.1 1.5	**Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, que pode ser feita no endereço eletrônico < https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> em substituição aos subitens 1.11.2, 1.11.3. e 1.11.4**		**x**	
2	Proposta comercial, nos moldes do ANEXO ÚNICO do Ato Regulamentar nº 13/2020-GPGJ			
2.1	Identificação da pessoa física, com o respectivo número de inscrição no CPF	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
2.2	Discriminação do objeto a contratar	x		
2.3	Prazo de prestação de serviço	x		
2.4	Preço total	x		
2.5	Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, em caso contratação direta	x		
2.6	Dados bancários para pagamento	x		
2.7	Número de inscrição no PIS, PASEP ou NIT	x		
2.8	Original / Ateste da Cópia	x		
2.9	Assinatura e identificação do proponente	x		
3	Titulação			
3.1	Doutor		x	
3.2	Mestre		x	
3.3	Especialista	x		Anexo Documentos - Elizabeth Telles (0421969)
3.4	Graduado		x	
4	Disponibilidade orçamentária	x		Despacho 1543 (0441717)
5	Enquadramento da despesa na lei de licitações	x		Parecer 38 Enquadramento Legal (0444076)

OBSERVAÇÕES/PENDÊNCIAS

6.1: Do Estudo preliminar apresentado no anexo Estudo Técnico Preliminar 4 ETP - Contratação Elizabeth Telles (0421889), extraímos as seguintes informações:

*"**3. NECESSIDADES DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO***

A contratação visa atender à necessidade de capacitação institucional de Membros, Servidores, Estagiários (as) e Residentes do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).

A escolha da Sra. Elizabeth Costa De Oliveira Telles se dá pela comprovada expertise profissional, que possui vasta experiência e qualificações em:

Atividade em Direito do Saneamento: tendo uma sólida formação técnica voltada para a área de saneamento básico, sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuou na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água.

Docência e Publicações: Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público-IDP. Foi Diretora ASG da Agência Executiva Metropolitana. Ademais, implantou o Setor de Regulação, Concessões e Métodos da CAEMA.

Possui especialização em Pós-Graduação em Direito do Saneamento no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, IDP, Brasília e Especialização em MBA em Direito do Consumidor e da Concorrência na Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro.

As informações apresentadas evidenciam a aptidão para conduzir o curso com elevado nível técnico, assegurando a qualidade e a efetividade da capacitação ofertada."

6.2: Quanto à disponibilidade orçamentária, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças no Despacho 1543 (0441717), informa que:

"A despesa em tela está classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme o quadro a seguir:

6	*Unidade Orçamentária: 07901 - Fundo Especial do Ministério Público* *Função: 3 - Essencial à Justiça* *Subfunção: 091 – Defesa da Ordem à Justiça* *Programa: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça* *Ação: 4962 – Desenvolvimento Institucional* *Subação: 017216 – DESEMP* *Natureza de Despesa: 3390 - Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes* *Fonte: 1.7.59.000000; 2.7.59.000000* *A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.766, de 30/12/2025, que fixou, para a UG 070901, durante o exercício de 2026, o montante de até R$ 7.000.000,00 para a subação acima mencionada, e que após dedução desta e de outras despesas, o saldo nesta data é de R$ 4.647.138,70."* 6.3: A Comissão Permanente de Licitação no Parecer 38 Enquadramento Legal (0444076), assim se manifesta: *"Atendo-se apenas ao quesito valor da proposta apresentada, e, ressalvados os aspectos técnicos, jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e patrimoniais, que escapam à análise desta Comissão, verifica-se a possibilidade de realização da despesa, a critério da Administração Superior, por* ***Inexigibilidade de Licitação****, com amparo legal no* ***artigo 74, inciso III, alínea "f" e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021****, in fine:* ***Lei Federal nº 14.133/21.*** *"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:* *(...)* *III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:* *(...)* *f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;* *(...)* *§3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."* *A despeito dos requisitos que subsidiam a* ***inexigibilidade de licitação*** *preceituado no* ***art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021****, verifica-se a presença da documentação probatória das razões de escolha da empresa para aquisição e, relativamente ao preço apresentado, o mesmo foi justificado no supracitado Termo de Referência."*
	DA CONCLUSÃO
7	Após análise, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos pela **EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS, tendo em vista as pendências apontadas nos subitens 1.11.2 e 1.11.5.**

Sendo o que nos cumpre informar, retornamos os autos para a deliberação das providências julgadas cabíveis.

Documento assinado eletronicamente por **JADIEL FERNANDES FRANÇA**, **Analista Ministerial**, em 19/05/2026, às 14:18, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA**, **Assessor Chefe da Assessoria Técnica da Administração**, em 19/05/2026, às 14:33, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0444971** e o código CRC **23302AC5**.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES**

CPF/CNPJ: **075.893.157-37**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 14:50:16 do dia 19/05/2026 , com validade até o dia 18/06/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: gRl6OeJag6UEYIvDlloK

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/05/2026 às 15:06) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 075.893.157-37.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A0C.A69F.D996.4983 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES**

CPF/CNPJ: **075.893.157-37**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:07:03 do dia 19/05/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5

Código de controle da certidão: UETF190526150703

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Despacho nº 1587/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Assunto: Inexigibilidade de Licitação – Elizabeth Costa de Oliveira Telles.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público.

À Assessoria Jurídica da Administração,

Encaminham-se os autos para análise e manifestação acerca da solicitação de contratação direta de Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o curso de capacitação "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007", a ser ofertado a Membros, Servidores, Estagiários e Residentes deste MPMA, na modalidade presencial, nos dias 21 e 22 de maio de 2026, no valor total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), conforme as especificações contidas no Termo de Referência nº 4/2026 - GPGJ/ESMP[1] e demais documentos.

Na oportunidade, juntam-se aos autos as certidões faltantes.

Após, retornem-se.

São Luís/MA, *data da assinatura eletrônica*.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Referências:

1. ^ Termo de Referência 4 TREF - Contratação Elizabeth Telles (0421903)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 19/05/2026, às 15:25, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0445222** e o código CRC **88882298**.

Parecer nº 133/2026 – GPGJ/DG/ASSJUR

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 19.13.0054.0019938/2026-80

ASSUNTO: Capacitação e Aperfeiçoamento

INTERESSADO: ESMP

PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira-SEAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo, instaurado a partir do **Ofício nº 50/2026 - GPGJ/ESMP**, da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, solicitando a contratação da Professora Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o curso **"A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007"**, na modalidade presencial, nos dias 21 e 22 de Maio do corrente ano , com carga horária de 18 horas-aula, a ser ofertado aos Membros, servidores, estagiários e residentes do Ministério Público do Maranhão, atendendo à solicitação do Promotor de Justiça, Dr. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

1. Acompanha o pedido os seguintes documentos: **Estudo Técnico Preliminar nº 4/2026 – GPGJ/ESMP; Termo de Referência nº 4/2026 - GPGJ/ESMP; mapa de riscos;** Documento de Formalização de Demandas 201/2026; Documento pessoal da professora (CNH); Declaração de inexistência de parentesco; currículo; proposta; Certificados de pós-graduação, emitidos pela Fundação Getúlio Vargas e Escola de Direito de Brasília; Comprovante de Situação

Cadastral no CPF; Declaração SICAF; Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa – Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos;

2. Despacho nº 387/2026 – GPGJ - Gabinete do Procurador-geral de Justiça determinou o envio do processo à Diretoria Geral para análise do pleito, após o retorno dos autos para decisão;

3. Despacho nº 2076/2026 - GPGJ/DG - Diretoria Geral encaminhou os autos à Secretaria Administrativo-Financeira para ciência e devida instrução junto aos setores administrativos competentes;

4. Despacho nº 1548/2026 - GPGJ/DG/SEAF - SEAF encaminhou o processo à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, à Comissão Permanente de Licitação, à ESMP, à Assessoria Técnica da Administração para manifestação nos termos indicados, após o retorno a SEAF;

5. Despacho nº 1543/2026 - GPGJ/DG/COF - Coordenadoria de Orçamento e Finanças prestou as informações abaixo:

> A despesa em tela está classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme o quadro a seguir:
>
> Unidade Orçamentária: 07901 - Fundo Especial do Ministério Público
>
> Função: 3 - Essencial à Justiça
>
> Subfunção: 091 – Defesa da Ordem à Justiça
>
> Programa: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça
>
> Ação: 4962 – Desenvolvimento Institucional
>
> Subação: 017216 – DESEMP
>
> Natureza de Despesa: 3390 - Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes
>
> Fontes: 1.7.59.000000; 2.7.59.000000
>
> A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.766, de 30/12/2025, que fixou, para a UG 070901, durante o exercício de 2026, o montante de até R$ 7.000.000,00 para a subação acima mencionada, e que após dedução desta e de outras despesas, o saldo nesta data é de R$ 4.647.138,70.

6. Despacho nº 339/2026 – GPGJ/CPL – CPL encaminhou os autos à ESMP para prestar informações acerca do valor da contratação;

7. ID 0443365 – ESMP adicionou novo Termo de Referência nº 5/2026 – GPGJ/ESMP;

8. Parecer nº 38/2026 – GPGJ/CPL – Comissão Permanente de Licitação enquadrou a despesa na situação de inexigibilidade de licitação, *"com amparo legal no artigo 74, inciso III, alínea "f" e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021";*

9. Parecer Técnico nº 589/2026 - GPGJ/DG/ASSTEC/ADM - Assessoria Técnica da Administração manifestou-se pela ***"EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS, tendo em vista as pendências apontadas nos subitens 1.11.2 e 1.11.5.";***

10. ESMP adicionou os seguintes documentos: Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM); Certidão Negativa – Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Certidão Negativa De Licitantes Inidôneos;

11. Despacho nº 1587/2026 – GPGJ/DG/SEAF – Secretaria Administrativo-Financeira encaminhou os autos a esta Assessoria para manifestação.

É o breve relatório. Passa-se a análise.

Inicialmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz do Ato Regulamentar nº 22/2020[1], incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

Registre-se que, os autos foram recebidos por esta ASSJUR no dia 20.05.2026 (quarta-feira) às 09h14min, tempo exíguo para análise jurídica, considerando que o curso vai ocorrer nos dias 21 e 22 de maio do corrente ano.

Pois bem, a Escola Superior, órgão auxiliar do Ministério Público, que nos termos do art. 2º do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGP visa a preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, almeja contratar diretamente, por inexigibilidade de licitação, a Professora Elizabeth Costa de Oliveira Telles, para ministrar o curso **"**A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007**"**, nos dias 21 e 22 de maio do corrente ano, a ser ofertado aos membros, servidores, residentes e estagiários do Ministério Público do Maranhão, no valor de R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), com esteio no permissivo do artigo 74, inciso III, alínea "f" e § 3° da Lei nº 14.133/21 e do Ato Regulamentar nº 23/2022-GPGJ, que no âmbito deste Órgão Ministerial dispõe sobre os procedimentos para a aquisição de bens e contratação de serviços nos casos de inexigibilidade de licitação.

Dizem os dispositivos legais citados:

> **Lei nº 14.133/21**
>
> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> [...]
> VI - razão da escolha do contratado;
> VII - justificativa de preço;
> VIII - autorização da autoridade competente.
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
>
> **Art. 74**. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> [...]
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
> [...]
> **f)** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
> [...]
> § 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
>
> **Ato Regulamentar nº 23/2022 – GPGJ**
>
> Art. 1º A solicitação para a aquisição de bens e contratação de serviços, quando se tratar de inexigibilidade de licitação na forma prevista no art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá ser objeto de

requisição cadastrada no Sistema Eletrônico de Processo Administrativo.

Art. 2º A solicitação de que trata o artigo 1º deverá ser instruída pela Unidade Requisitante, no mínimo, com os seguintes documentos:

[...]

III - termo de referência ou projeto básico, projeto executivo e análise de riscos, quando for o caso;

[...]

VIII - comprovante de inscrição e situação cadastral no CPF, documento de identificação pessoal, certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal e a Declaração de Inexistência de Parentesco, no caso de pessoa física e consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

[...]

§ 1º O termo de referência será elaborado de acordo com o objeto da contratação e preenchido com as exigências estabelecidas no art. 6º, inciso XXIII e no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a inexigibilidade de licitar ocorrerá quando for inviável a competição entre os potenciais interessados, dada a singularidade do serviço técnico a ser contratado com profissional de notória especialização.

Logo a Administração poderá escolher, de forma discricionária, e devidamente justificada, o profissional para prestá-lo, fazendo-o em razão de sua notória especialização e do grau de confiança que nele deposita. Aliás, a luz da Lei n° 8.666/93, esse entendimento já havia sido considerado legítimo pelos tribunais, conforme Súmula do Tribunal de Contas da União:

> Súmula nº 264/2011(Diário Oficial da União - 03.06.2011:) "A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993" (TC-012.209/2009-3, Acórdão nº 1.437/2011-Plenário).

Em relação a notória especialização, que nos termos do art. 74, § 3º, da Lei n.º 14.133/21), preceitua que: "(...) considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato", a unidade requisitante informou no **Termo de Referência nº 5/2026 - GPGJ/ESMP** (item 4.1.3), que *" (...) A instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles é reconhecida por sua notória especialização na área de direito e saneamento básico, atuando na elaboração de leis e em casos relacionados a área de estudo e promoção ao saneamento básico."*

Acerca do valor, o Diretor da ESMP/MA, informou que a contratação, por R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), para ministrar o curso, adequa-se aos valores previstos no anexo único da Resolução nº 001/2018-CPES/MA, tabela de valores atribuídas ao corpo docente da ESMP/MA, cujo valor da hora/aula para professor com título de especialista é de R$ 170,00 (cento e setenta reais).

Por fim, cumpre esclarecer, que cabe a esta Assessoria Jurídica da Administração, de acordo com o art. 63, inciso I, do Ato Regulamentar n° 22/2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, o controle prévio de legalidade. Sendo assim, não é atribuição desta Assessoria a análise do aspecto discricionário relacionado aos ajustes de vontade da pretensa contratação, uma vez que está relacionado a atividade finalística da ESMP.

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica se manifesta pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso III, alínea "f" e § 3° do art. 74, Lei nº 14.133/21, ressalvados os aspectos, técnicos, econômicos e financeiros, que escapam do exame jurídico ora efetivado, **desde que** sejam adotadas as providências abaixo:

1) À ESMP para a seguinte adequação no Termo de Referência:

a. Item 9, recomenda-se ajustar a sanção prevista no subitem 3 (Suspensão temporária do direito de licitar e contratar) de modo a alinhá-la ao disposto no artigo 156, inciso II, § 4° da Lei 14.133/21, que estabelece a penalidade de "impedimento de licitar e contratar" pelo prazo máximo de três anos.

2) Após, à Diretoria-Geral para autorização do procedimento nos termos do art. 72 da Lei nº. 14.133/21.

São Luís/MA, 20 de maio de 2026.

Luciana da Silva Lins

Assessora Jurídica

De Acordo. À Consideração Superior.

Hermano José Gomes Pinheiro Neto

Assessor-Chefe da ASSJUR*, em exercício*

---

[1] Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA DA SILVA LINS**, **Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica da Administração**, em 20/05/2026, às 13:29, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Documento assinado eletronicamente por **HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO**, **Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica da Administração**, em 20/05/2026, às 13:34, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0447011** e o código CRC **4DA047CC**.

Despacho nº 1600/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Processo Administrativo nº 19.13.0054.0019938/2026-80

Assunto: Inexigibilidade de Licitação (Capacitação)

Interessado: Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

À Escola Superior do Ministério Público do Maranhão,

Tendo em vista o parecer nº 133/2026 da Assessoria Jurídica da Administração[1], conforme **item 1**, encaminhem-se os autos para as providências cabíveis.

Após retornem-se.

São Luís, *data da assinatura eletrônica*.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Técnico Ministerial

Diretor da SEAF

Referências:

1. ^ Parecer 133 Parecer Jurídico (0447011)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 20/05/2026, às 19:59, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0447131** e o código CRC **229A938C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Termo de Referência nº 6/2026 - GPGJ/ESMP

TERMO DE REFERÊNCIA (TREF)
UNIDADE SOLICITANTE: CAOUMA - MPMA

1. OBJETO

Contratação da Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles para ministrar o Curso de Capacitação em "As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)", destinado a Membros, Servidores, Estagiários (as) e residentes do MPMA.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Metodologia e Conteúdo: O curso observará a carga horária de 18 horas-aula, no formato descrito na proposta da Instrutora, garantindo a aderência às necessidades da Escola Superior. A realização da capacitação em "As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)", nos termos da proposta apresentada, tem por finalidade promover para o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA):

- **Atuação Estrutural e Universalização**: Superar a atuação baseada em medidas pontuais, capacitando os membros e servidores para a promoção de ações que visem a universalização do saneamento (acesso à água tratada e coleta de esgoto) de forma estrutural em todo o estado, para além da capital.
- **Aprimoramento da Fiscalização e Regulação**: Proporcionar conhecimentos técnicos para que os profissionais possam avaliar com segurança a eficiência da prestação dos serviços de saneamento, fundamentando-se na análise rigorosa da regulação e dos contratos vigentes.
- **Implementação de Políticas Públicas e Controle Social**: Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos e garantir a efetiva implementação de políticas setoriais, em total alinhamento com os objetivos do Plano Estratégico do MPMA (2021-2029).
- **Qualificação Técnica e Segurança Jurídica**: Garantir que os participantes obtenham um conhecimento sólido e seguro sobre o marco legal do saneamento básico, qualificando a instrução de procedimentos e a tomada de decisões na esfera da probidade administrativa e dos direitos difusos.

2.2. Modalidade e Carga Horária: O curso terá carga horária de **18 horas-aula**, em formato presencial, nas salas de aula da Escola Superior, localizadas no 1° andar, do Centro Cultural e Administrativo do MPMA.

2.3. Instrutora Responsável: A capacitação será conduzida pela instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, que possui vasta experiência em ministrar cursos e palestras no âmbito de direito e saneamento básico, assegurando, assim, a qualidade técnica, metodológica e a aderência do conteúdo programático às necessidades desta Escola Superior.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Alinhamento Estratégico: A contratação está vinculada ao Planejamento Estratégico 2021-2029, especificamente ao objetivo de "Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social".

3.2. Base Normativa: Atende à Recomendação nº 02 de 21/06/2018 do CNMP, priorizando a capacidade de diálogo e construção de consenso.

3.3. Necessidade Institucional: Visa garantir capacitação aos Membros, Servidores, Estagiários (as) e Residentes do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº 11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), contribuindo para o aprimoramento das práticas institucionais e qualificação para atuação na promoção de medidas que visem assegurar a universalização do saneamento.

3.4. Inexigibilidade: A contratação fundamenta-se na natureza singular do serviço e na notória especialização da instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, com histórico de atividade em Direito do Saneamento, tendo uma sólida formação técnica voltada para a área de saneamento básico, sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuando também na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água. Além de ser Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS

Os requisitos necessários à contratação constam previstos no Ato Regulamentar n.º 23/2022 e na legislação geral de contratações (Lei 14.133/21).

4.1. Requisitos gerais

Destacam-se os requisitos gerais abaixo.

4.1.1 Comprovação de Capacidade técnica: A contratada comprovou capacidade técnica por meio de Curriculum Vitae e diplomas de Especialização em Direito do Saneamento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP e em Direito do Consumidor e da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui atuação com docência do Ensino Superior na Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

4.1.2 Habilitação legal: A contratada comprovou formação acadêmica e técnica na área especializada do Direito do Saneamento, atendendo aos requisitos legais.

4.1.3 Notória especialização: A instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles é reconhecida por sua notória especialização na área de direito e saneamento básico, atuando na elaboração de leis e em casos relacionados a área de estudo e promoção ao saneamento básico.

4.2. Requisitos específicos:

Quanto aos requisitos específicos, destacam-se os seguintes:

4.2.1 Contratação de serviços técnicos especializados:

O serviço a ser contratado enquadra-se como técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, voltado à capacitação sobre "As Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007)", sendo ministrado por profissional com notória especialização na área de direito e saneamento básico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 Contratação para treinamento e aperfeiçoamento: A contratação visa atender à necessidade institucional de capacitação dos integrantes do Ministério Público do Estado do Maranhão, para um conhecimento seguro sobre a Lei Federal nº11.45/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).

Ademais, a capacitação busca promover o desenvolvimento de habilidades teóricas e práticas, qualificando a atuação dos participantes na promoção de medidas que visem assegurar a universalização do saneamento (acesso a água tratada e à coleta de esgotos).

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conforme proposta comercial da instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles, o curso possui carga horária de 18 horas-aula, de modo a assegurar os seguintes conteúdos:

O Novo Marco Legal e a Segurança Jurídica (4h)

- Análise aprofundada da Lei nº 14.026/2020 e seus impactos nas competências municipais e estaduais.
- Qualificação da instrução de procedimentos administrativos e judiciais.
- Interfaces entre a gestão do saneamento e o regime de responsabilidade dos agentes públicos.
- O saneamento como direito fundamental e vetor de saúde pública e dignidade humana.

Planejamento Estratégico e Universalização (4h)

- Metodologias para transitar do litígio individual para a promoção de soluções sistêmicas.
- Estratégias para garantir que a universalização (água e esgoto), alcançando os municípios do interior

Fiscalização Técnica, Regulação e Contratos (5h)

- Indicadores de desempenho na prestação de serviços (perdas de água, cobertura e qualidade do tratamento).
- O papel das agências reguladoras e a análise de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e programas.
- Ferramentas técnicas para fiscalizar o cumprimento de metas de universalização e investimentos previstos.

Políticas Públicas, Recursos e Controle Social (5h)

- Fiscalização da aplicação de verbas federais, estaduais e municipais no setor.
- Como avaliar a eficácia e a implementação real das políticas setoriais.
- Fomento à participação da sociedade civil e fortalecimento dos conselhos municipais.
- Estudo de casos e elaboração de estratégias de intervenção ministerial.

6. QUALIFICAÇÃO DA INSTRUTORA

A instrutora responsável pela condução do curso possui comprovada formação acadêmica e experiência prática na área de Direito do Saneamento, conforme descrito no item 4.1.3 (Notória especialização) deste Termo de Referência. Trata-se de profissional com atuação consolidada sendo pós-graduada em Direito do Saneamento pelo IDP-DF. Atuando também na elaboração de leis estaduais, federais e normas de regulação e regulamentação aprovadas, com destaque para a Lei Federal nº 11.445/2007 e em processos relevantes no Supremo Tribunal Federal, como a definição da competência para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a não incidência de ICMS sobre a água. Além de ser Professora e Orientadora da Pós-Graduação on-line de Direito do Saneamento do Instituto Brasiliense de Direito Público- IDP.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Elizabeth Costa De Oliveira Telles):

1) Realizar a capacitação conforme o conteúdo programático apresentado na proposta, obedecendo às datas, horários e modalidade acordadas;
2) Comprovar a sua qualificação, por meio dos certificados de formação acadêmica e experiência comprovadas, conforme especificado no Termo de Referência;
3) Fornecer material atualizado e adequado ao conteúdo do curso, em formato acessível aos participantes;
4) Cumprir rigorosamente as normas de proteção de dados (LGPD), sigilo e ética profissional, especialmente no tratamento de dados sensíveis tratados durante a capacitação;
5) Informar com antecedência qualquer impedimento à execução das atividades previstas, propondo soluções alternativas compatíveis com a programação institucional do MPMA.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (MPMA):

1) Disponibilizar estrutura adequada para a realização das atividades no dia 21 e 22 de maio, com os recursos de apoio logístico e tecnológico necessários;
2) Indicar formalmente os participantes do curso, organizando o controle de frequência e desempenho conforme critérios internos;
3) Efetuar o pagamento do valor contratado, conforme condições acordadas e mediante a entrega da nota fiscal e comprovação da execução dos serviços;
4) Colaborar com as atividades pedagógicas e técnicas, facilitando a comunicação com os participantes e a contratada, sempre que necessário;
5) Gravação das aulas para armazenamento exclusivo da ESMP/MA e possibilitar a consulta restringida aos membros, servidores, residentes e estagiários, mediante identificação de login institucional e senha.

9. SANÇÕES CONTRATUAIS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela contratante, sujeitará às seguintes sanções administrativas, observada a ampla defesa e o contraditório:

1) Advertência formal por escrito, quando se tratar de infrações leves ou de caráter inicial;
2) Multa de até 10% sobre o valor global do contrato, aplicada proporcionalmente à gravidade do descumprimento ou à inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da exigência de ressarcimento por eventuais prejuízos causados;
3) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Ministério Público do Estado do Maranhão pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos da legislação vigente;
4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsão da Lei n.º 14.133/2021, quando comprovada conduta dolosa ou prejuízo grave à instituição;
5) Ressarcimento integral por eventuais danos materiais ou morais causados ao MPMA em decorrência da má execução do contrato.

As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade do fato, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

10. PRAZO E LOCAL

A Capacitação presencial a ser oferecida aos Membros do MPMA, Servidores do MPMA, Estagiários (as) do MPMA e Residentes do MPMA acontecerá nos dias 21 e 22 de maio de 2026, das 8h às 18h, presencialmente, nas salas de aula da Escola Superior, localizadas no 1° andar do Centro Cultural e Administrativo do MPMA.

11. PROPOSTA DE PREÇO

A proposta de preço apresentada pela Instrutora Elizabeth Costa De Oliveira Telles é de R$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), valor que está de acordo com a Resolução n.º 001/2018-CPES/MA, que estabelece R$ 170,00 a hora/aula para profissional com titulação de Especialista.

11.1 Valor total do curso:

CONTRATADA	CNPJ	CURSO	VALOR
Elizabeth Costa De Oliveira Telles	**075.893.157-37**	**"Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico)"**	**R$ 3.060,00**

11.2 O pagamento será efetuado conforme condições estabelecidas na proposta, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da realização do curso;

11.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida eletronicamente;

11.4 A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do Curso.

12. DA CONTRATADA

12.1 Elizabeth Costa De Oliveira Telles (CPF: 075.893.157-37)

12.2 Contato: eco@eco-juridico.com / (98) 9188-1804

12.3 Endereço: Rua das Avenças, 3713, Ed. Nápoli, Apt. 504, Renascença. – CEP 65077-620 –São Luís/MA

13. FORMA DE PAGAMENTO

13.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida eletronicamente;

13.2. A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do Curso.

José Ribamar Sanches Prazeres

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, **Diretor da Escola Superior do Ministério Público**, em 21/05/2026, às 08:40, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0447755** e o código CRC **814FFB38**.

O MP trabalha para você!
Rua Oswaldo Cruz, 1396 - Centro - CEP 65.020-910 - São Luís - MA
Contato: - e-mail: esmp@mpma.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Despacho nº 1603/2026 - GPGJ/DG/SEAF

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Interessado: Escola Superior do Ministério Público

AO DIRETOR GERAL,

Encaminhem-se os autos à consideração de Vossa Senhoria, com a urgência que o caso requer, solicitando autorização para contratação da instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles, para ministrar o curso de capacitação "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007", a ser ofertado a Membros, Servidores, Estagiários e Residentes deste MPMA, na modalidade presencial, nos dias 21 e 22 de maio de 2026, no valor total de **R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais),** através de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, § 3º, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, e nos termos do Parecer[1] da Assessoria Jurídica.

São Luís, data da assinatura eletrônica.

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA

Técnico Ministerial

Diretor da SEAF

Referências:

1. ^ Parecer 133 (0447011)

Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA**, **Diretor da SEAF**, em 21/05/2026, às 09:12, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0447945** e o código CRC **CACDBBFB**.

Decisão nº 161/2026 - GPGJ/DG

Assunto: Capacitação e Aperfeiçoamento
Interessado: Escola Superior do Ministério Público (ESMP)

Trata-se de processo administrativo no qual a Escola Superior do Ministério Público, por meio do Ofício nº 50/2026 - GPGJ/ESMP, solicita a **contratação da instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o curso de capacitação sobre "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007"** a ser oferecido a membros, servidores, estagiários e residentes do Ministério Público do Maranhão, **nos dias 21 e 22 de maio de 2026**, no **valor de R$ 3.060,00** (três mil e sessenta reais), conforme Termo de Referência (0447755), anexo.

Na fase da instrução processual, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) elaborou o enquadramento legal da despesa, conforme Parecer nº 38/2026 - GPGJ/CPL. Em seguida, a Assessoria Jurídica da Administração (ASSJUR), após analisar o pleito, manifestou-se pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso III, alínea "f" e § 3° do art. 74, Lei nº 14.133/21, conforme Parecer nº 133/2026 - GPGJ/DG/ASSJUR.

Os autos vieram da Diretoria da Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF) para fins de autorização da pretendida contratação, de acordo com o Despacho nº 1603/2026 - GPGJ/DG/SEAF.

Ante o exposto, considerando as informações e documentos contidos nos autos, esta Diretoria Geral:

1. Acolhe e adota o parecer jurídico, oriundo da Assessoria Jurídica da Administração/ASSJUR;

2. **AUTORIZA a contratação da instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o curso de capacitação sobre "A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007"**, nos termos da Lei n. º 14.133/2021;

3. Visando o prosseguimento do feito, encaminhem-se os autos **à Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)** para emissão da respectiva Nota de Empenho;

4. Após, **à Comissão Permanente de Licitação (CPL)**, para as demais providências cabíveis.

PAULO GONÇALVES ARRAIS
DIRETOR-GERAL/ PGJ

Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS**, **Diretor Geral**, em 21/05/2026, às 09:57, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0448133** e o código CRC **6476FB0A**.

Ano Base: 2026

Unidade Gestora
070901 Fundo Especial do Ministério Público Estadual

Número
2026NE000137

Data Referência
21/05/2026

Gestão
07901 Fundo Especial do Ministério Público Estadual

Processo
19.13.0054.00199382026-80

Nota Empenho Original

Evento
400010 RC09-Emissão de Empenho da Despesa

Referência Legal
Lei 8666/93 art.25

Pré-Empenho

Credor
075.893.157-37 ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES

Modalidade Empenho
Ordinário

Empenho Centralizado
Não

Endereço Credor

Valor
3.060,00 (Três Mil e Sessenta Reais)

Grupo Programação Financeira
003 Outras Despesas Correntes

Tipo Prestação Contas

Tipo Contrato

Modalidade Licitação
07 Licitação Inexigível

Transação
0540 Nota Empenho

Obedece Ordem Cronológica
Sim

Complemento

Unidade Gestora Nota Descentralização Crédito

Nota Descentralização Crédito

Gestão Nota Descentralização Crédito

Contrato SIGA

Histórico
Despesa com a contratação da instrutora Elizabeth Costa de Oliveira Telles para ministrar o curso de capacitação sobre A Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007 a ser oferecido a membros, servidores, estagiários e residentes do Ministério Público do Maranhão, nos dias 21 e 22 de maio de 2026.

Classificação Orçamentária

Esfera
Fiscal

Unidade Orçamentária
07901

Programa Trabalho
03 091 0337 6091 017216

Função
03 Essencial à Justiça

Subfunção
091 Defesa da Ordem Jurídica

Programa
0337 Gestão de Ações Essenciais à Justiça

Ação
6091 Desenvolvimento de Pessoal - FEMPE

Subação
017216 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - FEMPE

Fonte Recurso
2.7.59.107000 Superávit de Recursos Vinculados a Fundos - Fonte 2759.107

Natureza Despesa
33.90.36.28 Serviço de Seleção e Treinamento

Cronograma Desembolso

Janeiro	**Fevereiro**		**Março**
Abril	**Maio**	3.060,00	**Junho**
Julho	**Agosto**		**Setembro**
Outubro	**Novembro**		**Dezembro**

Descrição Itens

Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total

Documento assinado eletrônicamente por 859.809.942-20 - Paulo Gonçalves Arrais em 21/05/2026 10:47:44 e 282.019.903-82 - Danilo José de Castro Ferreira em 21/05/2026 10:49:55.

Autencidade deste documento pode ser conferida no site https://autenticidade-sigef.seplan.ma.gov.br, informando a chave de acesso XPRT8X30H55EGIB0WNUN3HB7CHPEW7.

Ano Base: 2026

Unidade Gestora
070901 Fundo Especial do Ministério Público Estadual

Número
2026NE000137

Data Referência
21/05/2026

Gestão
07901 Fundo Especial do Ministério Público Estadual

Processo
19.13.0054.00199382026-80

Nota Empenho Original

Evento
400010 RC09-Emissão de Empenho da Despesa

Referência Legal
Lei 8666/93 art.25

Pré-Empenho

Credor
075.893.157-37 ELIZABETH COSTA DE OLIVEIRA TELLES

Modalidade Empenho
Ordinário

Empenho Centralizado
Não

Endereço Credor

Valor
3.060,00 (Três Mil e Sessenta Reais)

Danilo José de Castro Ferreira
Ordenador Primário

Paulo Gonçalves Arrais
Ordenador Secundário

Documento assinado eletrônicamente por 859.809.942-20 - Paulo Gonçalves Arrais em 21/05/2026 10:47:44 e 282.019.903-82 - Danilo José de Castro Ferreira em 21/05/2026 10:49:55.

Autencidade deste documento pode ser conferida no site https://autenticidade-sigef.seplan.ma.gov.br, informando a chave de acesso XPRT8X30H55EGIB0WNUN3HB7CHPEW7.